



# RELATÓRIO E CONTAS

20  
19



Transportes Intermodais do Porto

## **TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.**

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 12º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros



# ÍNDICE

<b>Mensagem do Presidente do Conselho de Administração</b>	<b>5</b>
<b>Relatório de Gestão</b>	<b>7</b>
1. Números da Intermodalidade	8
2. Factos relevantes em 2019	9
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	9
2.2. Alargamento da Rede Intermodal	11
2.3. Novo Zonamento Intermodal Andante	11
2.4. Alterações Tarifárias	13
2.5. Alterações dos Títulos Comercializados	13
2.6. APP anda	14
2.7. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	16
2.8. Cartões Bancários EMV <i>contactless</i> no Sistema Intermodal Andante	17
2.9. Alterações na Rede de Vendas	18
2.10. Modelo Organizacional e de Negócio	19
2.11. Regulamento Geral de Proteção de Dados	20
3. Caracterização da Rede Intermodal Andante	21
4. Atividade Comercial 2019	23
4.1. Validações	23
4.2. Quantidades Vendidas	26
4.3. Receita Intermodal	27
4.4. Comunicação com o cliente	29
5. Auditorias à Atividade do TIP	34
5.1. Inspeção Geral de Finanças	34
6. O TIP e os seus Colaboradores	35
6.1. Estrutura Organizacional	35
6.2. Recursos Humanos	36
7. O TIP e as suas Agrupadas	37
7.1. Estrutura Societária	37
7.2. Composição dos Órgãos Sociais	37
7.3. Modelo de Governo do TIP	40

8.	Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	41
9.	Desempenho Económico e Financeiro	52
9.1.	Introdução	52
9.2.	Situação Patrimonial	52
9.3.	Resultados	54
9.4.	Gestão de riscos	56
9.5.	Eventos Subsequentes	57
9.6.	Proposta de Aplicação dos Resultados	58
	<b>Perspetivas para 2020</b>	<b>60</b>
	<b>Contas do Exercício de 2019</b>	<b>65</b>
	<b>Anexos</b>	<b>105</b>
	<b>Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria</b>	<b>128</b>

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 figurará para o TIP, seguramente, como um dos mais relevantes da sua história, cuja singularidade resulta da prossecução de um conjunto de objetivos associados ao investimento em soluções desmaterializadas de bilhética, diversificando-as, bem como ao aprofundamento do Sistema Intermodal Andante no seio da Área Metropolitana.

Neste sentido e como testemunha do êxito alcançado apresento os seguintes exemplos:

- Integração de mais 6 novos operadores, mais 434 linhas de operadores rodoviários e 15 novas estações de operadores ferroviários;
- Concretização do Programa de Apoio à Redução Tarifária e consequente alargamento do Andante à totalidade dos 17 municípios da AMP;
- Arranque do Projeto Piloto com a VISA para utilização dos cartões bancários sem contacto (EMVcontactless) como títulos de transporte com o objetivo de permitir maior facilidade e flexibilidade de utilização;
- Estabelecimento de acordo com a CP para disponibilização de título partilhado para o Troço Paredes/Marco de Canavezes;
- Transferência da gestão dos equipamentos de bilhética para a CP;
- Aumento de 18,5%, face a 2018, para os 175 milhões, das utilizações de títulos intermodais Andante.

Também na dimensão económica/financeira, o exercício de 2019 foi particularmente relevante, destacando-se desde logo a melhoria do EBITDA em 26,96% e dos resultados líquidos da empresa em 40,96%, tendo sido atingido um valor de 2.277.260€.

Sendo o presente relatório um exercício tipicamente retrospectivo, as atuais circunstâncias, pela sua magnitude, não podem deixar de ser salientadas neste momento. Se 2019 foi um ano extraordinário pelos resultados atingidos, o ano de 2020, pelo impacto que a Pandemia ainda se encontra a provocar, e cujos verdadeiros contornos ainda não estão totalmente quantificáveis, será o ano mais complexo e difícil da história deste agrupamento de empresas.

Se 2020 já seria um ano exigente, muito especialmente pelo projeto de criação da empresa Metropolitana de Transportes, que assumirá a gestão da bilhética de acordo com o DL 121/2019, o impacto que a atual situação pandémica está a provocar, desde logo pelo

estigma gerado na opinião pública relativamente à utilização dos transportes públicos coletivos, tornará o atual exercício particularmente desafiante.

Ao reportar, no atual contexto, os sucessos atingidos em 2019, experienciamos verdadeiramente um paradoxo. Mais do que agradecer o empenho de todos na prossecução dos êxitos de 2019, reconheço e tributo todos os que diariamente continuam a trabalhar abnegadamente para que o Sistema Intermodal Andante continue a fazer a diferença na vida dos cidadãos da Área Metropolitana do Porto.

Não posso, pois, deixar de cumprimentar todos os operadores de transporte, fornecedores, entidades competentes e Autarquias locais e fundamentalmente os colaboradores desta empresa, pelo esforço e dedicação a este projeto, certo que a resiliência de todos será a salvaguarda do reforço da importância do Transporte Coletivo através da intermodalidade assegurada por este verdadeiro instrumento de coesão ambiental, económico, social e territorial.

A todos, deixo em meu nome e do Conselho de Administração que represento, o meu sincero agradecimento.

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal	2017	2018	2019	Δ 18/19
MP	60,75	62,82	71,49	13,80%
STCP	61,02	62,04	69,47	11,99%
CP	4,85	5,04	8,40	66,77%
Operadores Rodoviários Privados	17,89	18,51	26,13	41,21%
(Unidade: milhões)	144,50	148,40	175,50	18,26%

Estrutura de validações por operador	2017	2018	2019	Δ 18/19
MP	42,04%	42,33%	40,73%	-3,77%
STCP	42,23%	41,80%	39,59%	-5,30%
CP	3,35%	3,40%	4,79%	41,02%
Operadores Rodoviários Privados	12,38%	12,47%	14,89%	19,40%

Utilização Títulos Transporte	2017	2018	2019	Δ 18/19
Títulos Viagem	1,25	1,27	1,26	-0,79%
Assinaturas totais	57,09	59,18	58,69	-0,83%
(Média Mensal) Assinaturas normais	54,88	59,81	58,66	-1,92%

Valor médio por validação	2017	2018	2019	Δ 18/19
Títulos de Viagem	1,05	1,07	1,09	1,87%
Títulos de Assinatura totais	0,50	0,52	0,50	-3,85%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,60	0,62	0,60	-3,23%

Quantidade de cartões vendidos	2017	2018	2019	Δ 18/19
Andante Azul	3 352,4	3 197,5	3 229,1	0,99%
Andante PVC	245,0	111,6	177,0	58,69%
(Unidade: milhares)	3 597,4	3 309,1	3 406,1	2,93%

Quantidade de títulos carregados	2017	2018	2019	Δ 18/19
Títulos de Viagem	29 392,5	29 464,3	26 900,3	-8,70%
Títulos de Assinatura totais	1 856,6	1 845,8	2 381,8	29,04%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	767,2	754,9	1 072,6	42,09%

Peso Canal de Vendas	2017	2018	2019	Δ 18/19
MVAs rede MP	42,42%	43,01%	42,54%	0,47 pp
Payshop		0,47%	28,11%	27,64 pp
Pagaqui	31,97%	30,68%	1,86%	-28,82 pp
Lojas Andante	12,35%	12,10%	13,47%	1,37 pp
SIBS	4,31%	4,93%	2,91%	-2,02 pp
CP Porto	4,07%	3,82%	5,31%	1,49 pp
MVAs rede CP	3,63%	3,65%	4,00%	0,35 pp
Revendedores	0,72%	0,65%	0,72%	0,07 pp
Privados	0,48%	0,45%	0,57%	0,12 pp
Anda		0,19%	0,45%	0,26 pp
STCP	0,05%	0,05%	0,06%	0,01 pp

Resultados (em SNC)	2017	2018	2019	Δ 18/19
Operacionais	876 757	1 726 327	2 286 279	32,4%
Financeiros	-166 413	-110 005	-8 415	92,4%
Líquidos	709 599	1 615 503	2 277 260	41,0%
(Unidade: milhares €) EBITDA	1 459 838	2 362 374	2 999 253	27,0%



## 2. Factos relevantes em 2019

### 2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O exercício de 2019 confirma a crescente utilização dos transportes públicos<sup>1</sup> da Área Metropolitana do Porto [AMP], registando um aumento expressivo de 12,0% no número total de validações [197,75 milhões de validações].

As validações de títulos intermodais Andante reforçam a premissa de crescente procura global de transporte público, traduzindo uma subida de 18,3%, culminando num valor total de 175,50 milhões de utilizações.

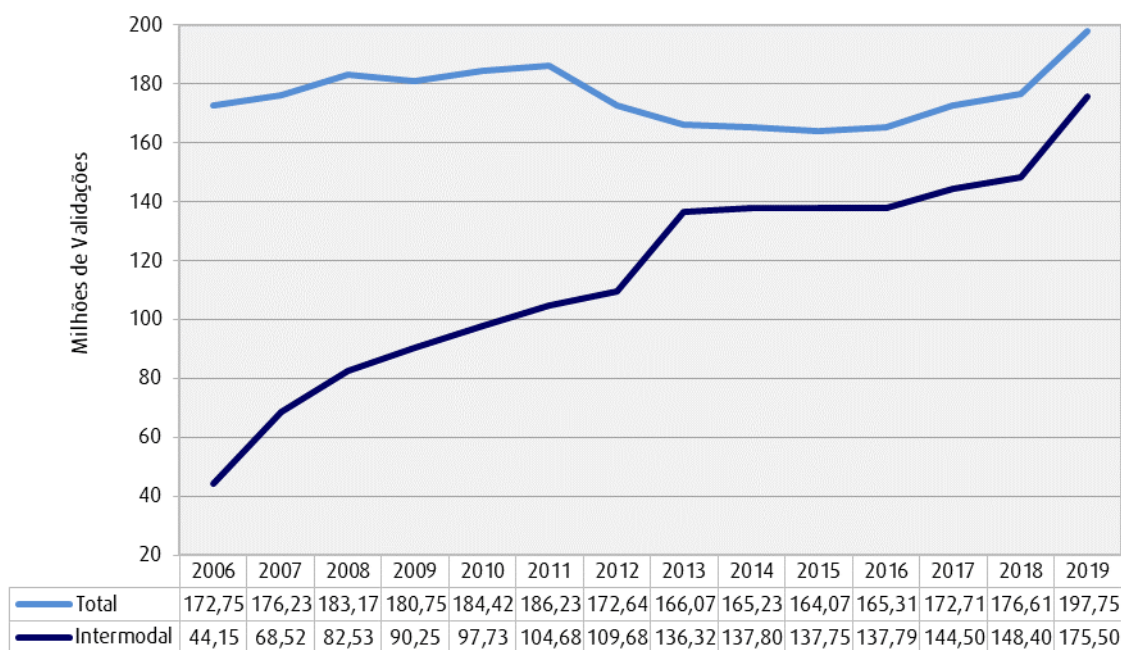


Figura 1 - Evolução da Procura de Transporte Público

O Sistema Intermodal Andante [SIA] representou em 2019 aproximadamente 89% da utilização de transporte público, traduzindo uma subida de 4,72 p.p. face a 2018, confirmando assim a opção da maioria dos clientes da Área Metropolitana do Porto [AMP] pela intermodalidade.

<sup>1</sup> Considera-se neste ponto como procura de transporte público o conjunto dos passageiros que utilizam o tarifário intermodal Andante e as tarifas monomodais STCP e CP.

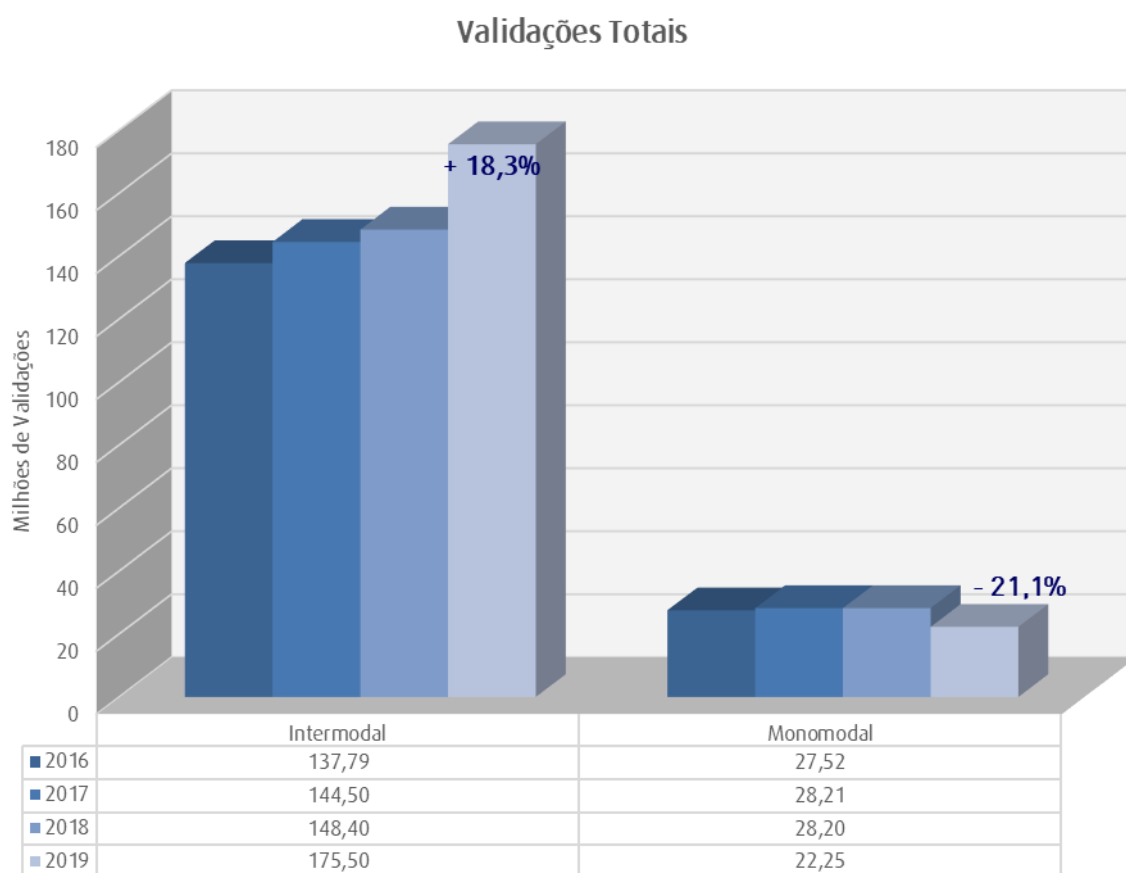


Figura 2 - Evolução da Procura Intermodal e Monomodal

O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu no mês de outubro, com aproximadamente 18,1 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 10 de outubro de 2019, quinta-feira, com, aproximadamente, 736 mil validações.

## 2.2. Alargamento da Rede Intermodal

A rede intermodal Andante foi alvo de profundas alterações ao longo do ano, incorporando mais linhas de operadores já integrados e novos operadores que permitiram uma expansão substancial da rede, designadamente, Arriva, Rodonorte, Transdev Douro, Transdev Norte, Caima e União de Transportes dos Carvalhos.

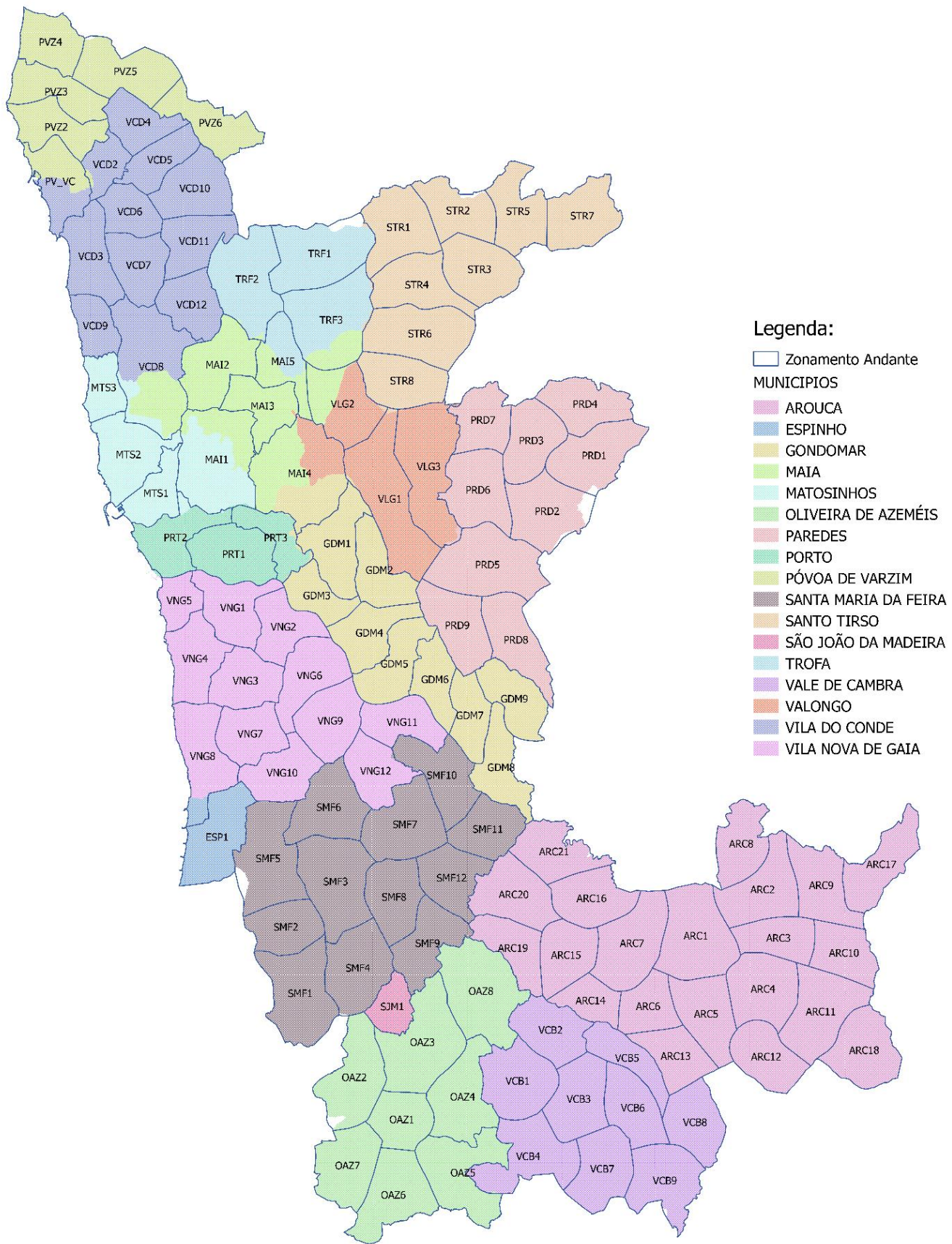
O exercício de 2019 integra assim 6 novos operadores, mais 434 linhas de operadores rodoviários e 15 novas estações de operadores ferroviários.

## 2.3. Novo Zonamento Intermodal Andante

A concretização do Programa de Apoio à Redução Tarifária implicou o alargamento do zonamento Andante de forma a abranger os 17 Municípios da AMP.

Assim, no dia 1 de maio entrou em vigor o novo zonamento Andante que reflete uma expansão da intermodalidade, sendo este um fator da maior relevância na atratividade do transporte público e na captação de novos clientes. O Andante abrange agora todo o território da Área Metropolitana do Porto (AMP) contemplando os municípios de Paredes, Santo Tirso, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Arouca e Vale de Cambra.

O novo mapa de zonamento permite aos clientes conhecerem de forma mais intuitiva os limites das zonas e a sua relação com cada município tendo assim sido alterada a sua nomenclatura. Por exemplo, as zonas que constituem a cidade do Porto, anteriormente designadas por C1, C2 e C6, passaram a ser designadas por PRT1, PRT2 e PRT3.



## 2.4. Alterações Tarifárias

Na sequência Portaria nº 298/2018, de 19 de novembro, foi proposto e aprovado pelas entidades competentes - AMP e Instituto da Mobilidade e dos Transportes [IMT] - um novo tarifário intermodal Andante que resultou num aumento médio ponderado de 1,13% cuja entrada em vigor ocorreu a 1 de janeiro de 2019.

Nos meses de abril e maio, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, as assinaturas mensais normais passaram a exibir apenas 2 tarifas – 30 euros ou 40 euros – mantendo-se em vigor os descontos sociais até então aplicados.

## 2.5. Alterações dos Títulos Comercializados

Pelo Despacho 1234-A/2019, de 31 de janeiro, foi reformulada a oferta tarifária tendo a sua implementação ocorrido em várias fases:

### 1ª Fase:

- ✓ Assinatura Andante 3Z – 30 euros (válida para as deslocações que não ultrapassem quaisquer 3 zonas contíguas);
- ✓ Assinatura Andante Metropolitano – 40 euros (válida para quaisquer deslocações que ocorram em qualquer uma das zonas do Sistema Intermodal Andante);
- ✓ Extinguem-se as assinaturas Z4 a Z46 transformando-se numa tarifa única designada Metropolitano a que corresponde o valor normal de 40€.

### 2ª Fase:

- ✓ Assinatura Andante Municipal – 30 euros (válida para as deslocações em todas as zonas de um determinado concelho, qualquer que seja o número de zonas).

### 3ª Fase:

- ✓ Assinatura Andante Sub 13 – gratuita para crianças entre os 4 e os 12 anos (inclusive), inicialmente válida apenas para 3 zonas e alargada a toda a AMP a partir de 20 de dezembro.

Decorrente da implementação do PART deixou de ser possível, a 1 de abril, o carregamento das assinaturas sociais Criança, Estudante e Reformado / Pensionista, dado o seu público alvo estar já abrangido por outros tarifários.

O TIP e a CP iniciaram a comercialização de uma assinatura combinada válida em toda a AMP e no troço entre Paredes e o Marco de canaveses, válida para os perfis normal, 4\_18, 4\_18 (A), Sub23 e Sub23 (A).

O mês de julho assinalou o lançamento da assinatura combinada Andante / CP (troço Paredes/Marco de Canavezes) nas modalidades normal, 4\_18 e 4\_18 A, Sub23 e Sub 23 A.

Igualmente no decorrer do mês de julho, a Câmara Municipal do Porto, em articulação com a AMP e o TIP, lançou a assinatura gratuita Porto.13-15, destinada aos jovens, entre os 13 e 15 anos, que permite a circulação, num limite de 3 zonas, nos transportes públicos integrados na rede intermodal Andante.

## 2.6. APP anda

A APP Anda, lançada em 2018, tem vindo a assumir progressivamente o seu papel penetrando de forma gradual nas preferências dos utilizadores de transporte público pela bilhética móvel.

A utilização da referida aplicação realça as suas inúmeras vantagens desde logo em matéria de facilidade de utilização do sistema de transporte público não sendo necessário conhecer o sistema e escolher o tipo de título de transporte adequado, seja título de viagem ou assinatura mensal.

Não menos relevante é o facto de a APP integrar um mecanismo de otimização do valor a pagar pelo cliente, com pagamento mensal postecipado, no qual é aplicado um algoritmo que identifica o conjunto das tarifas necessárias para cobrir as viagens efetuadas pelo utilizador, minimizando o custo a suportar por este.

Até 31 de dezembro de 2019 registaram-se os seguintes números:

Nº de Registos efetuados – 36.326

Nº Contas Confirmadas – 34.126

Nº de Registos Completos [clientes em condições de viajar] – 12.419

Nº de Clientes que efetivamente viajaram – 9.804

Nº de validações efetuadas – 948.632

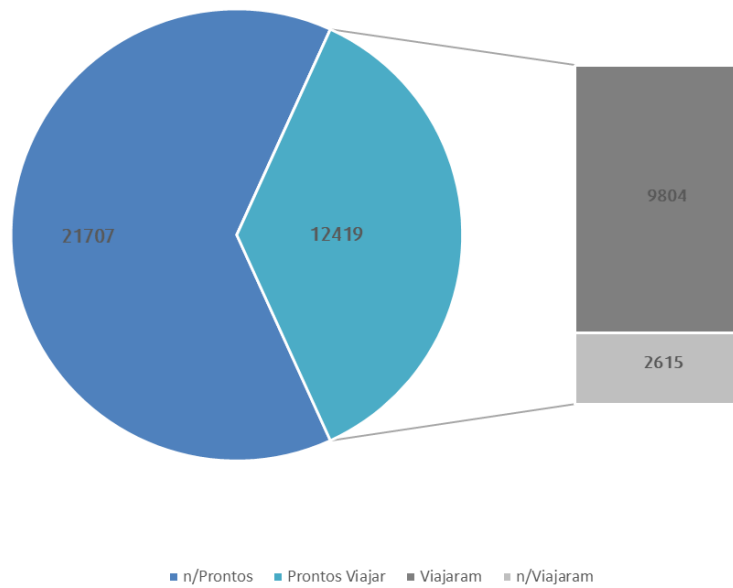


Figura 3 - Contas Confirmadas versus Registos Completos

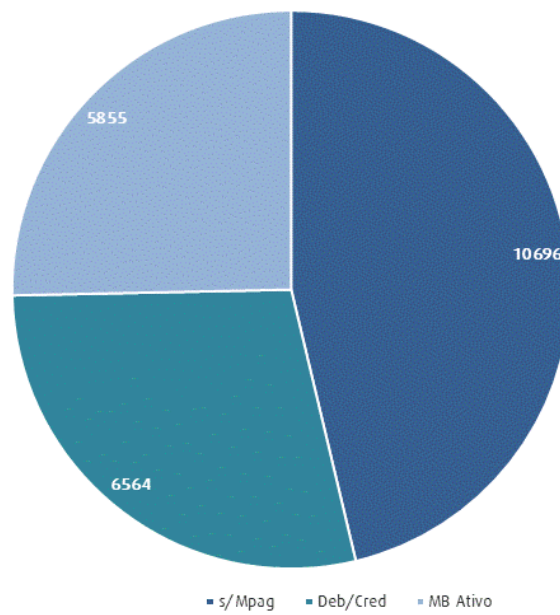


Figura 4 - Meios de Pagamento utilizados

No decorrer do exercício de 2019, foram realizadas aproximadamente 700 mil viagens com recurso à APP Anda fixando-se a média mensal em cerca de 54 mil viagens.

O mês de outubro agrega o maior número de viagens (72.674) sendo o dia 25 aquele que regista o volume máximo com cerca de 3 mil viagens.

A implementação do PART, implicou a adaptação do algoritmo de otimização Anda em função dos novos tarifários que passaram a vigorar.

O TIP tem vindo a aperfeiçoar e a desenvolver novas competências fundamentais para a maturidade da App e consequente utilização exponencial definindo indicadores de desempenho chave das principais funcionalidades de cada etapa que permitam medir a eficácia das estratégias em ação.

Não tendo perdido de vista a possibilidade (e necessidade) de estender o ANDA ao mundo IOS, o TIP continua a desenvolver contactos junto da Apple Europa tendo esta afirmado o seu empenho em encontrar uma solução, que seria implementada internamente e que contava vir a poder disponibilizá-la durante o ano de 2021. Estão igualmente em análise pela Apple cenários alternativos, de sucesso mais rápido, estando a empresa a Apple avaliar a sua viabilidade.

Sem prejuízo desta iniciativa, que será sempre a solução ótima e equivalente à que tem hoje em funcionamento para o mundo Android, o TIP decidiu estudar uma alternativa que não dependesse demasiado da Apple e dos seus timings, contando lançá-la ao público durante o 2º semestre de 2020. Embora não seja possível evitar que corresponda a uma experiência de utilização um pouco diferente da versão original para Android, permitirá, finalmente, disponibilizar o ANDA aos ávidos utilizadores que utilizam smartphones da Apple, o que é firme convicção do TIP, terá um enorme impacto no relançamento desta aplicação.

Saliente-se que o relançamento comercial da APP Anda, assim que ultrapassados alguns constrangimentos técnicos e identificados novos fatores críticos de sucesso, será decisivo na captação de novos clientes.

## 2.7. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante

Conforme estabelecido no seu Plano de Atividades para o exercício de 2019 e dando cumprimento ao publicado no Despacho 1234-A/2019, de 31 de janeiro, dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade, foram implementados um conjunto de desenvolvimentos tecnológicos visando alterar o sistema de bilhética por forma a permitir a colocação em serviço das modificações decorrentes do PART, designadamente:



- Preparação das Máquinas de Venda Automática [MVA], das bilheteiras manuais [PVA] e do Software Merchant Secure Server [MeSS] (usado pela Payshop) para efetuar automaticamente a conversão para as novas assinaturas Andante e ajustado o tarifário;
- Reconfiguração de todos os validadores de todos os operadores que integram o SIA;
- Adaptação dos PVA aos novos títulos de assinatura.

No decorrer do exercício deu-se início aos desenvolvimentos necessários para utilização da estrutura MESS no canal SIBS, como motor carregamento dos títulos o que irá permitir, entre outros, tornar desnecessária a cedência de cartões SAM físicos, atualização automática de tarifários e maior rapidez no desenvolvimento de novas soluções (menor dependência da SIBS). Embora a conclusão dos trabalhos esteja prevista para o 1º semestre de 2020, é possível que o prazo venha a ser alargado face à atual conjuntura pandémica mundial.

## 2.8. Cartões Bancários EMV *contactless* no Sistema Intermodal Andante

A 9 de outubro, o TIP assinou um MOU (Memorandum de Entendimento) com a VISA para a realização de um Projeto Piloto de utilização dos cartões bancários sem contacto (EMVCONTACTLESS) como títulos de transporte com o objetivo de permitir maior facilidade e flexibilidade de utilização.

É forte convicção do TIP de que a disponibilização deste tipo de solução (*open-loop*), dará um importante contributo para a diversificação dos modos de acesso (validação/pagamento) à rede de transportes, na pegada do próprio *Road-Map* tecnológico do TIP e do que têm vindo recentemente a fazer outras grandes cidades mundiais.

O projeto irá iniciar-se nas linhas de elétrico da STCP e na Linha E do Metro do Porto, pelo facto de ter origem no Aeroporto onde este mecanismo de Validação/Pagamento será certamente bem-recebido pelo grande número de turistas que aí desembarcam enfrentando a dificuldade de perceber como funciona o Andante e qual o título de transporte a adquirir.

Esta solução é particularmente adequada aos clientes ocasionais, sendo os turistas o alvo mais importante, sendo suportada em cartões bancários físicos, mas também em cartões virtuais “móveis” em smartphone (Apple Pay, Google Pay e outros).

## 2.9. Alterações na Rede de Vendas

Como resultado do concurso público “*Rede de Vendas de Produtos Geridos pelo TIP*”, lançado a 28 de julho de 2017, a Payshop assumiu a exclusividade da rede de revendedores a 6 de fevereiro de 2019.

A implementação do PART e a expansão da rede intermodal Andante a novos concelhos da AMP permitiu o alargamento da rede de vendas tendo sido instalados postos nos concelhos de Vila do Conde, Santo Tirso, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca. A gestão dos referidos postos é feita pelos respetivos municípios ou operadores de transporte.

A CP passou também a efetuar venda Andante nas suas bilheteiras de Paredes, Cete, Recarei, Penafiel, Caíde e Marco de Canaveses.

Desde 26 de setembro ficou disponível em toda a rede Multibanco o carregamento de assinaturas sociais Andante, sendo até então apenas permitido o carregamento de assinaturas normais.

No decorrer do exercício foram ainda implementados diversos procedimentos que permitiram uma gestão mais eficiente da rede de vendas, designadamente:

- Nos termos do Decreto Lei 74/2017, artº 3º “Obrigações do Fornecedor de Bens ou Prestador de Serviços”, cessou o fornecimento do livro de reclamações AMT através do atendimento prioritário;
- Foi instalada a funcionalidade no PVA que permite abrir documento com novo zonamento, podendo usar o zoom para zonamentos Municipal ou 3Z;
- A rede de ATM passou a poder exibir, quando necessário, a mensagem “Carregamento Andante Temporariamente Indisponível”;
- Foi concedida pelo IMT autorização para aceitar as declarações Sub23 com assinatura digital;
- Todos os clientes portadores de um cartão Andante prateado normal foram autorizados a alterar gratuitamente o seu perfil Estudante para Sub13;
- Foram extintos os perfis sociais Criança, Estudante e Reformado / Pensionista;
- Lançamento de nova versão do PVA que permite a gestão da assinatura Porto.13-15.

## 2.10. Modelo Organizacional e de Negócio

Com a entrada em vigor do novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, a área metropolitana do Porto recebeu um amplo acervo de novas competências no domínio dos serviços públicos de transporte de passageiros, incumbindo-lhe ainda, nos termos do regime jurídico das autarquias locais e do estatuto das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a prossecução de atribuições em matéria de mobilidade e transportes. Adicionalmente, no âmbito da 1.ª Cimeira das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, realizada em 20 de março de 2018, foi sublinhada a importância da transferência para as áreas metropolitanas das funções de regulação, gestão e direção dos meios de transporte de passageiros de âmbito metropolitano e municipal, destacando -se, em especial, a função de gestão da bilhética, com vista a assegurar o desenvolvimento dos sistemas de bilhética intermodal e o controlo dos diversos fluxos financeiros e de informação envolvidos nesses sistemas.

Nesse seguimento, em março de 2019, o Estado celebrou um contrato de delegação e partilha de competências com a com a área metropolitana do Porto, através do qual delegou nesta entidade um conjunto de competências relativas à gestão de sistemas de informação, bilhética e tarifários no âmbito de serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito intermunicipal, relativamente aos quais o Estado é a autoridade de transportes. Por seu turno, os municípios que integram a área metropolitana de do Porto delegaram na AMP um amplo conjunto de competências relativas à gestão de sistemas de informação, bilhética e tarifários, no âmbito dos serviços públicos de transporte de passageiros municipal.

Atendendo à crescente assunção de competências pela área metropolitana na área dos transportes públicos de passageiros e da mobilidade, por via da transferência de competências ou por via da sua delegação, vem o Decreto-Lei nº 121/2019 dotar a área metropolitana do Porto da possibilidade de proceder à constituição da empresa metropolitana de transportes mediante a dissolução do agrupamentos complementar de empresa (TIP, ACE), que desenvolve competências em matéria de desenvolvimento e gestão de sistemas de bilhética integrados, comuns a todos os operadores de serviço público de transporte de passageiros com atuação nas respetivas áreas de jurisdição esta tarefa na área metropolitana Porto, e à sua liquidação mediante transferência global do respetivo património, para a nova empresa local a criar.

Neste momento aguarda-se que sejam encetados os procedimentos necessários à dissolução do TIP e à criação da empresa metropolitana de transportes (Transportes Metropolitanos do Porto - TMP).

No que concerne à transferência dos equipamentos terminais do sistema de bilhética para os operadores, a 22 de março, através da celebração de um contrato de comodato, o TIP transferiu para a CP os direitos de uso dos equipamentos de bilhética instalados na área intermodal da sua rede, bem como o direito de utilização do *software*, propriedade do TIP, instalado naqueles equipamentos. Com a entrega dos equipamentos, a CP ficou responsável pela integral gestão e operação dos mesmos e, em consonância, o TIP procedeu à exclusão desses equipamentos do contrato de manutenção a seu cargo.

### 2.11. Regulamento Geral de Proteção de Dados

Dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados [RGPD], que entrou em vigor em 25 de maio de 2018, continuou-se o levantamento dos processos utilizados que envolvem tratamento de dados pessoais [“registo”, na designação RGPD], tendo sido elaboradas declarações específicas para as [sub]contratações existentes.

Foi igualmente dado continuidade ao processo documental, agora para efetuar a avaliação de risco e impacto do Anda [DPIA – Anda].

### 3. Caracterização da Rede Intermodal Andante

Zonas Intermodais em utilização	124
Operadores Aderentes	19
Linhas de Operadores Rodoviários	612
Estações de Operadores Ferroviários	121
Pontos de Venda *	1 548

\* excluindo rede SIBS

Tabela 1 - Indicadores da Rede Intermodal

- 124 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
  - ARC1 a ARC21, ESP1, GDM1 a GDM9, MAI1 a MAI5, MTS1 a MTS3, OAZ1 a OAZ8, PRD1 a PRD9, PRT1 a PRT3, PV\_VC, PVZ2 a PVZ6, SJM1, SMF1 a SMF12, STR1 a STR8, TRF1 a TRF3, VCB1 a VCB9, VCD2 a VCD12, VLG1 a VLG3, VNG1 a VNG12
- 19 operadores aderentes ao sistema intermodal
  - CP + MP + STCP + Maré + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense + Landim + Funicular + Arriva + Rodonorte + Transdev Douro + Transdev Norte + Caima + UTC
- 612 linhas de operadores rodoviários integradas
  - 78 STCP + 30 Maré + 84 Valpi + 50 ETG + 48 Espírito Santo + 27 Maia Transportes + 48 MGC + 3 Nogueira da Costa + 64 Pacense + 8 Landim + 41 Arriva + 4 Rodonorte + 8 Transdev Douro + 26 Transdev Norte + 49 Caima + 44 UTC
- 121 estações de operadores ferroviários integradas
  - [82 MP + 39 CP]
- 1.548 pontos de venda de títulos intermodais
  - 10 Lojas Andante
    - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João, Bom Sucesso
  - 260 Máquinas de Venda Automática
    - 200 MP + 54 CP [área intermodal] + 6 CP [fora área intermodal]
  - 20 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes
    - 13 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Valadares, Trofa, Caíde, Marco de Canavezes, Penafiel, Paredes, Cete e Recarei.

- 7 Postos Operadores Privados: Valpi, Caima, Maia Transportes, ETG [2], Espírito Santo [2]
- 1.249 Agentes Payshop
- 9 Revendedores: Aeroporto [Turismo do Porto e Norte de Portugal], Museu do Carro Elétrico, Municípios de Santo Tirso, Vila do Conde, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Arouca, S. João da Madeira e Vale de Cambra.
- Rede Multibanco em todo o país [não considerado no quadro acima referido].

## 4. Atividade Comercial 2019

### 4.1. Validações

O exercício de 2019 apresenta uma subida de 18,3% no volume de validações intermodais Andante relativamente ao ano anterior, registando um total de 175,50 milhões de validações.

A distribuição da procura por tipologia de título permite concluir que 79,6% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas [35,9% normais e 43,8% sociais], sendo 20,4% referentes a títulos ocasionais.

As validações com assinaturas normais e de tarifas sociais, na sua globalidade [Criança, Estudante, Reformado/Pensionista, 3ª Idade, Social+, Social+ [A], Social+ [D], Social+ [R], 4\_18, 4\_18[A], 4\_18[B], 4\_18[F] e Sub23 [A]], registaram acréscimos expressivos de 39,1% e 20,1%, respetivamente. No caso dos títulos ocasionais, evidencia-se um comportamento inverso com um decréscimo de 8,8% relativamente ao ano anterior.

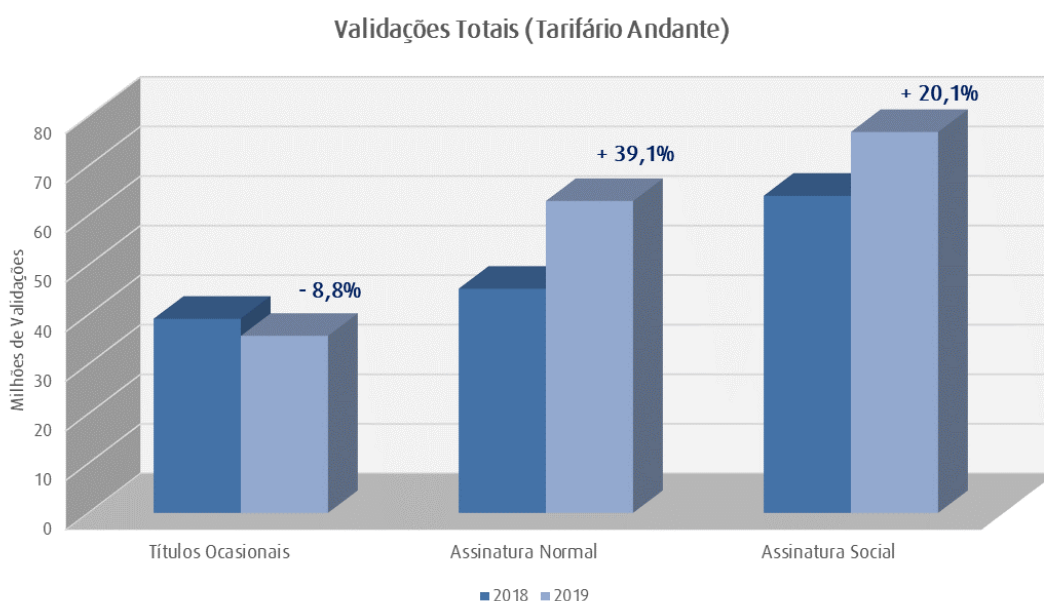


Figura 5 - Distribuição da Procura por Tipo de Títulos

A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2019 foi a apresentada na Figura 6 e na Tabela 2.

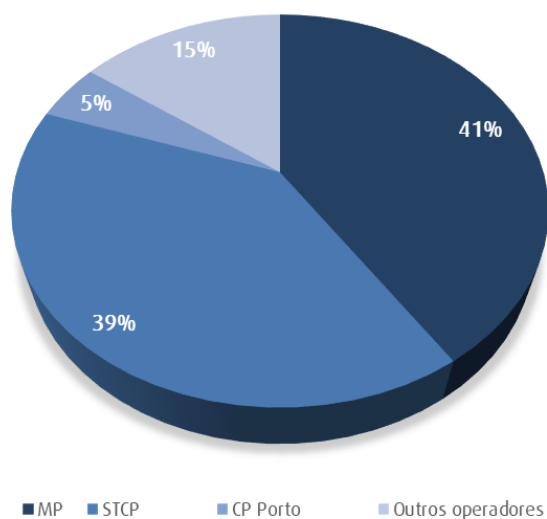


Figura 6 - Estrutura da Procura por Operador

Validações Intermodais	2016	2017	2018	2019	Δ 18/19
MP*	58,15	60,75	62,82	71,49	13,8%
STCP	58,13	61,02	62,04	69,47	12,0%
CP Porto	4,42	4,85	5,04	8,40	66,8%
ETG/Gondomarense	6,45	6,79	6,85	7,74	13,0%
Resende	3,71	3,87	4,14	5,26	27,2%
Espírito Santo	3,05	3,24	3,21	4,10	27,8%
Valpi	2,48	2,40	2,52	3,39	34,4%
MGC	1,16	1,23	1,24	2,67	115,2%
Pacense	0,13	0,13	0,26	0,45	76,1%
Maia Transportes	0,05	0,15	0,18	0,60	226,7%
Nogueira da Costa	0,05	0,08	0,09	0,10	8,7%
Landim			0,02	0,07	216,0%
Arriva				0,04	
Caima				0,34	
Carvalhos				1,26	
Rodonorte				0,01	
Transdev Douro				0,00	
Transdev Norte				0,10	
	<b>137,79</b>	<b>144,50</b>	<b>148,40</b>	<b>175,50</b>	<b>18,3%</b>

Unidade: milhões de validações

\* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

Tabela 2 - Evolução do Número de Validações por Operador



Relativamente à procura por zonas, constata-se ser a zona PRT1 [Porto Centro] a que regista maior utilização, com 42,4% das validações totais, seguindo-se as zonas VNG1 [Gaia Mafamude], com 11,0%, e PRT2 [Porto Ocidental], com 8,9%.

No seu conjunto, as 7 zonas mais centrais PRT1, PRT2, PRT3, MAI1, MAI4, VNG1 e MTS1, continuam a concentrar aproximadamente 85% do total de validações do SIA.

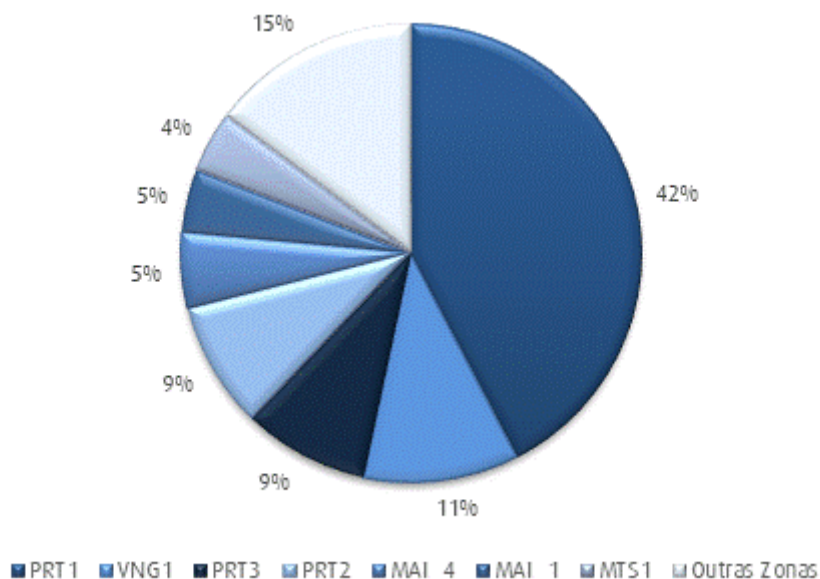


Figura 7 - Número de Validações por Zona

As deslocações de curta distância [clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas] constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 53,3% das validações efetuadas em 2019, embora esta percentagem seja estruturalmente diferente da apresentada em 2018 (77%) em virtude da reformulação da oferta tarifária decorrente do PART.

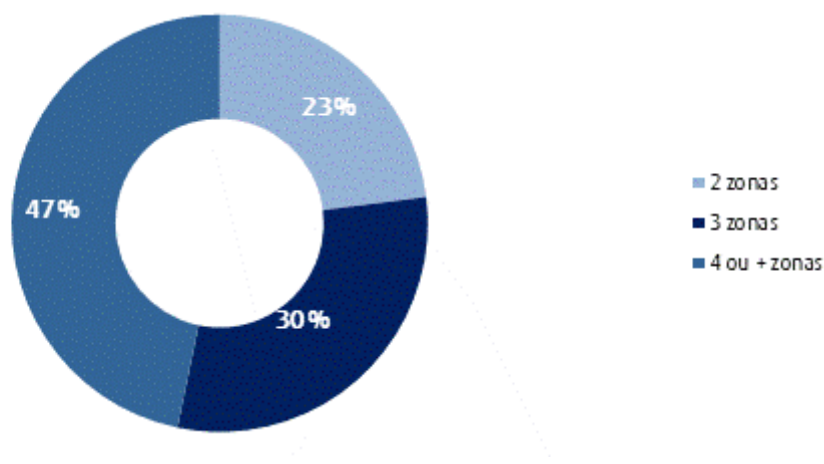


Figura 8 - Estrutura das Validações por Número de Zonas

## 4.2. Quantidades Vendidas

Em 2019, foram dispensados cerca de 3,4 milhões de cartões Andante [em PVC e em papel] traduzindo uma subida de 2,9% face ao mesmo período do ano anterior.

Foram vendidos 27 milhões de títulos ocasionais refletindo uma quebra de 8,4% na procura face a 2019.

Contrariamente, a venda de títulos de assinatura normal regista, em 2019, uma subida de aproximadamente 42,0% representando 45,0% do total de assinaturas vendidas.

Os títulos de obrigação tarifária apresentam uma subida de 20,2% representando 55,0% do total de assinaturas vendidas.

Na sua globalidade, os títulos de assinatura revelam um aumento da procura de 29% face a 2019.

### Títulos de Obrigação Tarifária

Quantidade Vendida	2015	2016	2017	2018	2019	Δ 18/19
<b>Tarifário Social Andante (TSA)</b>						
Criança	9 838	9 487	10 302	10 772	7 073	-34,34%
Estudante	300 517	291 426	293 655	284 231	184 980	-34,92%
3ª Idade	249 205	256 154	274 332	271 745	397 376	46,23%
Ref. / Pens.	1 057	377	135	70	466	565,71%
<b>Sub-Total</b>	<b>560 617</b>	<b>557 444</b>	<b>578 424</b>	<b>566 818</b>	<b>589 895</b>	<b>4,07%</b>
<b>4_18@escola.tp</b>						
4_18				10 420	105 841	915,75%
4_18 (A)	70 866	74 453	74 278	71 718	71 854	0,19%
4_18 (B)	22 615	22 916	23 429	17 373		
4_18 (F)	414	170	57	22		
<b>Sub-Total</b>	<b>93 895</b>	<b>97 539</b>	<b>97 764</b>	<b>99 533</b>	<b>177 695</b>	<b>78,53%</b>
<b>Sub23@superior.tp</b>						
Sub23			6 489	23 458	85 361	263,89%
Sub23 (A)	88 742	97 576	107 809	115 102	134 928	17,22%
Sub23 (F)	196	49	7			
<b>Sub-Total</b>	<b>88 938</b>	<b>97 625</b>	<b>114 305</b>	<b>138 560</b>	<b>220 289</b>	<b>58,98%</b>
<b>Social+</b>						
Social+	235 544	238 866	240 358	224 781	232 313	3,35%
Social+ (A)	43 320	47 239	52 650	55 645	66 198	18,96%
Social+ (D)	5 217	4 379	4 218	4 050	5 623	38,84%
Social+ (R)	1 604	625	135	99	41	-58,59%
<b>Sub-Total</b>	<b>285 685</b>	<b>291 109</b>	<b>297 361</b>	<b>284 575</b>	<b>304 175</b>	<b>6,89%</b>
<b>Sub 13</b>					17 163	
<b>TOTAL</b>	<b>1 029 135</b>	<b>1 043 717</b>	<b>1 087 854</b>	<b>1 089 486</b>	<b>1 309 217</b>	<b>20,2%</b>
<b>Peso total venda assinaturas</b>	<b>61,1%</b>	<b>60,1%</b>	<b>58,6%</b>	<b>59,0%</b>	<b>55,0%</b>	

Tabela 3 - Evolução da Procura dos Títulos de Obrigação Tarifária

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – traduz um forte acréscimo de 43,4% face a 2018, confirmando o crescimento do setor turístico na AMP.

Em 2019 foram vendidos cerca de 72 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 90 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu no mês de outubro.

### 4.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2019, a 111,9 milhões de euros, refletindo um acréscimo de 10,4% relativamente ao ano anterior.

Parte significativa da receita resulta da venda em MVA instaladas na rede MP [42,5%] que, no exercício de 2019, regista um crescimento de 9,2% relativamente a 2018.

O canal de revendedores Payshop surge igualmente com uma quota considerável de carregamentos, na ordem dos 30%, juntamente com a Pagaqui, cuja venda foi simultânea nos meses de janeiro e parte de fevereiro.

A APP **anda**, de forma gradual e progressiva, tem vindo a aumentar a sua quota nas vendas intermodais, passando de 0,2% em 2018 para 0,4% em 2019.

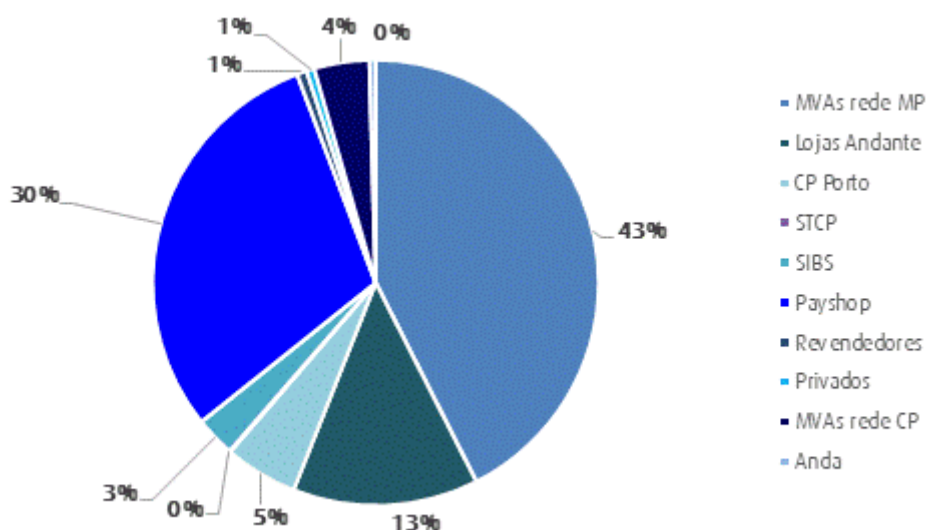


Figura 9 - Estrutura das Vendas por Canal

Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2019, resulta que a sua maioria é realizada nos canais de venda automática, ou seja, nas Máquinas de Venda Automática, nas Caixas Multibanco a através da APP **anda**, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Os canais de venda manual englobam as lojas Andante, revendedores, agentes Payshop, pontos de venda Andante dos Municípios e terminais dos operadores privados.

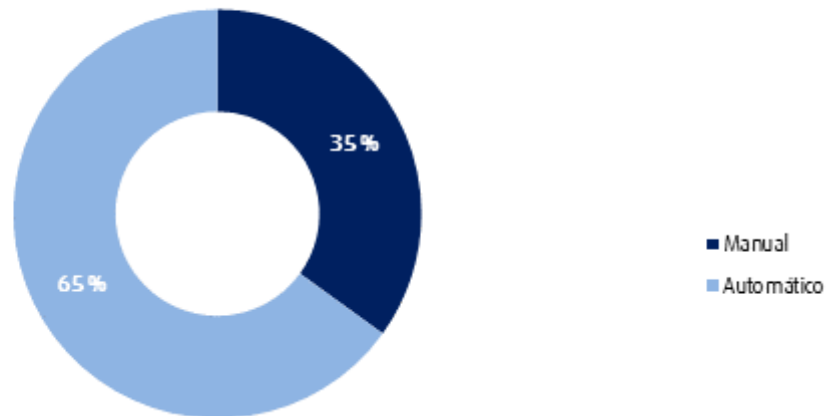


Figura 10 - Estrutura das Vendas por Tipo de Canal

Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2019 [2.382 mil], as respetivas validações [139,78 milhões] e a receita correspondente [69,34 milhões de euros], permitem constatar que os clientes de assinatura pagaram, em média, 0,50 euros por cada validação [inferior em 3,79% relativamente a 2018] e efetuaram, em média, 58,69 validações por mês, valor também inferior em 0,83% face ao mesmo período do ano anterior.

As assinaturas normais representaram 1,07 milhões de carregamentos e 62,92 milhões de validações, às quais corresponde uma receita de 37,47 milhões de euros, apresentando uma receita média de 0,60 euros por cada validação [inferior em 4,16% relativamente a 2018] e um número médio mensal de 58,66 validações, inferior em 1,92% face ao ano anterior.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados [26,90 milhões], das respetivas validações [33,87 milhões] e da receita correspondente [36,77 milhões de euros], conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,09 euros por cada validação [mais 1,36% do que em 2018] e efetuaram, em média, 1,26 validações, representando um decréscimo de 1,22% face ao período homólogo do ano anterior.

#### 4.4. Comunicação com o cliente

O exercício de 2019 fica definitivamente marcado pelo lançamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (PART). A simplificação da oferta tarifária foi comunicada à população através de uma campanha de grande alcance envolvendo todos os meios do TIP e dos operadores de transporte em estreita colaboração com a AMP e os Municípios que a integram.

A APP ANDA foi distinguida, em Cannes, com o prémio “Calypso Awards” na categoria “Best Customer Service” atribuído pela Calypso Network Association vindo assim reconhecido o seu mérito pelo carácter inovador que apresenta recorrendo às tecnologias NFC e Bluetooth para oferecer ao cliente uma forma simples de viajar nos transportes públicos.

Revestindo-se de grande importância para o cliente foi disponibilizada a possibilidade de carregamento de todas as assinaturas nas Caixas Multibanco, disponíveis em todo o país. Até aqui, apenas os títulos de assinatura “normais” podiam ser carregados por esta via, limitação que excluía as assinaturas com descontos (crianças, estudantes, Reformados / Pensionistas, 3ª Idade, etc.).

Com a generalização do acesso a todo o leque de assinaturas, os clientes dos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto passaram a carregar a sua assinatura mensal Andante de uma forma mais rápida, simples e cómoda, podendo assim dispensar o recurso a máquinas de venda ou a balcões de atendimento das lojas Andante.

Em fevereiro a rede de Agentes Payshop assumiu o exclusivo de carregamento de títulos de transporte Andante, CP Porto e STCP, colocando ao serviço do cliente uma rede de mais de 900 pontos de venda permitindo assim o carregamento de forma prática e cómoda.

A ligação à Universidade Júnior levada a cabo pela Universidade do Porto surge novamente no exercício de 2019 quer através da divulgação da Mostra da Universidade Júnior, realizada de 4 a 7 de abril no Largo Amor de Perdição junto ao Jardim da Cordoaria, quer no apoio à identificação do melhor percurso ao menor custo para as deslocações no contexto das atividades dos vários cursos realizados em julho.

Manteve-se a participação nos principais eventos da cidade, nomeadamente no festival NOS Primavera Sound, de 6 a 8 de junho, com diversas alternativas de mobilidade, rápidas, cómodas e seguras, de e para o Parque da Cidade, bem como a presença no interior do recinto para venda de títulos de transporte e esclarecimento dos clientes.

Setembro foi assinalado com o lançamento da assinatura Sub13, para crianças entre os 4 e os 12 anos (inclusive), que permite a utilização gratuita dos transportes públicos integrados no sistema intermodal Andante, em toda a Área Metropolitana do Porto. A campanha de informação foi marcada por ampla comunicação realizada em diversos canais de vários parceiros incluindo Câmaras Municipais e Agrupamentos Escolares.

O regresso às aulas reveste-se de um momento de comunicação por excelência com os estudantes pelo que se incentiva por vários meios a renovação de perfil atempada promovendo a redução das filas de espera. Neste âmbito, para além da divulgação nos centros escolares, o Andante marcou também presença em diversas faculdades, de 9 a 13 de setembro, possibilitando aos estudantes a renovação de perfil nesses mesmos locais, designadamente, Faculdade de Ciências, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia.

Também no decorrer do mês de setembro, o Andante aderiu a diversas iniciativas enquadradas na Semana Europeia da Mobilidade, de 16 a 22, aliando-se à Câmara Municipal da Maia com o tema “Caminha Connosco” numa Mostra de Soluções de Transporte Público Coletivo Multimodal, divulgando a rede, informando e esclarecendo o público, num espaço de partilha de informação e conhecimento, sensibilizando para a necessidade de alterar os padrões de mobilidade, assumindo comportamentos mais ecológicos, também com benefícios nos orçamentos familiares.

Mantiveram-se em 2019 os acordos estabelecidos com diversas empresas concedendo descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual para o seu efetivo e agregado familiar, estando em análise com a Tutela setorial a possibilidade de dinamização deste produto.



**METROPOLITANO**  
(PARA TODAS AS ZONAS)

**40€**

**30€** **3Z (ATÉ 3 ZONAS)**  
**MUNICIPAL**  
(1 CONCELHO)



**CARREGUE O SEU ANDANTE NO MULTIBANCO E SIGA VIAGEM**

SIGA OS PASSOS:  
1. PAGAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS  
2. TRANSPORTES  
3. CARREGAMENTO DE TÍTULOS DE TRANSPORTE

**ANDANTE**  
3Z/MUNICIPAL | METROPOLITANO





**17.ª Mostra Universidade do Porto**  
INFORMAÇÃO, EXPERIMENTAÇÃO E DESCOBERTA

Largo Amor de Perdição  
junto ao Jardim da Cordoaria

**4/7 ABRIL**

**U.PORTO**

Visite-nos!  
Entrada livre

www.mostra.up.pt



**andante SUB 13**

ASSINATURA PARA CRIANÇAS ENTRE OS 4 E OS 12 ANOS (inclusive)

**NOVA REDE DE AGENTES**  
**PAYSHOP CARREGA TÍTULOS DE TRANSPORTE ANDANTE, CP PORTO E STCP**  
A PARTIR DE 5 DE FEVEREIRO



**payshop**

Saiba mais em [www.payshop.pt](http://www.payshop.pt)

**NOS PRIMAVERA SOUND 2019 PORTO**

O **andante** VAI À UNIVERSIDADE  
9 A 13 DE SETEMBRO

**andante** Todos os transportes na sua mão  **U.PORTO**

#### 4.4.1. Call Center

Em 2019, a Linhandante rececionou aproximadamente 44 mil chamadas de clientes ou lojas Andante, verificando-se um acréscimo de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior.

Registou ainda cerca de 8.858 reclamações maioritariamente relacionadas com a APP anda e com o início de atividade do revendedor Payshop.

Foram respondidos aproximadamente 3.500 pedidos de informação, sobretudo esclarecimentos sobre o Programa de Apoio à Redução Tarifária, procedimentos de entrega de cartões nas escolas e municípios relativos à assinatura Sub 13, informações sobre a adesão à assinatura Porto.13-15, dúvidas sobre a APP anda, questões sobre o alargamento da Rede Intermodal Andante, adesão de novas linhas de operadores privados e respetivos percursos, dúvidas sobre a impossibilidade de carregamentos sociais na SIBS, questões sobre a alteração de zonamento na assinatura já carregada, pedidos de 2ª vias de fatura, entre outros.

A Linhandante contactou mais de 1.300 clientes, para atualização de dados relativos aos processos sociais entregues.

Foram ainda registadas cerca de 1.600 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente de MVA, Postos de Venda Assistida [PVA] e validadores, as quais foram devidamente encaminhadas para os prestadores de serviço de manutenção.

Registou também em lista negra mais de 1.000 cartões Andante em PVC perdidos e 1.467 cartões de papel inativos decorrentes do processo de alteração do modelo de dados nos validadores.

De salientar os elogios recebidos pela qualidade do atendimento quer da Linhandante quer das lojas Andante facto também realçado pelo Portal da Queixa, estando o Andante a atingir elevados índices de satisfação. Este Índice tem por base o cálculo da interação da marca com o consumidor através dos parâmetros tempo médio de resposta, taxa de resposta, taxa de solução [reclamações resolvidas] e *feedback* dos clientes. Trata-se de um canal isento e de referência na internet, para a partilha de experiências, soluções e informação em matéria de consumo.

#### 4.4.2. Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2019 [8.858] registou um decréscimo de aproximadamente 20% face a 2018 [10.908] facto maioritariamente explicado pela assunção da Metro do Porto das suas próprias reclamações, que deixaram assim de dar entrada na



Linhandante, bem como pelo reencaminhamento direto das necessidades de manutenção das MVA para o operador.

Não obstante o decréscimo global referido, é de salientar um aumento significativo de novas reclamações proveniente de todas as novidades introduzidas ao longo do ano. O aumento da procura induzido pelo PART traduziu-se naturalmente em novas questões e reclamações relacionadas com os novos tarifários, alteração de zonamento, novos operadores, entre outros.

## 5. Auditorias à Atividade do TIP

### 5.1. Inspeção Geral de Finanças

Conforme ofício 2019/220/A10/812 enviado pela Inspeção Geral de Finanças [IGF], foi realizada uma auditoria financeira, a qual teve como objetivo principal analisar a conformidade do método de cálculo da compensação financeira objeto do *Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante*, assim como proceder à certificação da mesma para o exercício de 2018.

O TIP encontra-se a aguardar o respetivo relatório de auditoria.

## 6. O TIP e os seus Colaboradores

### 6.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de dezembro de 2010.

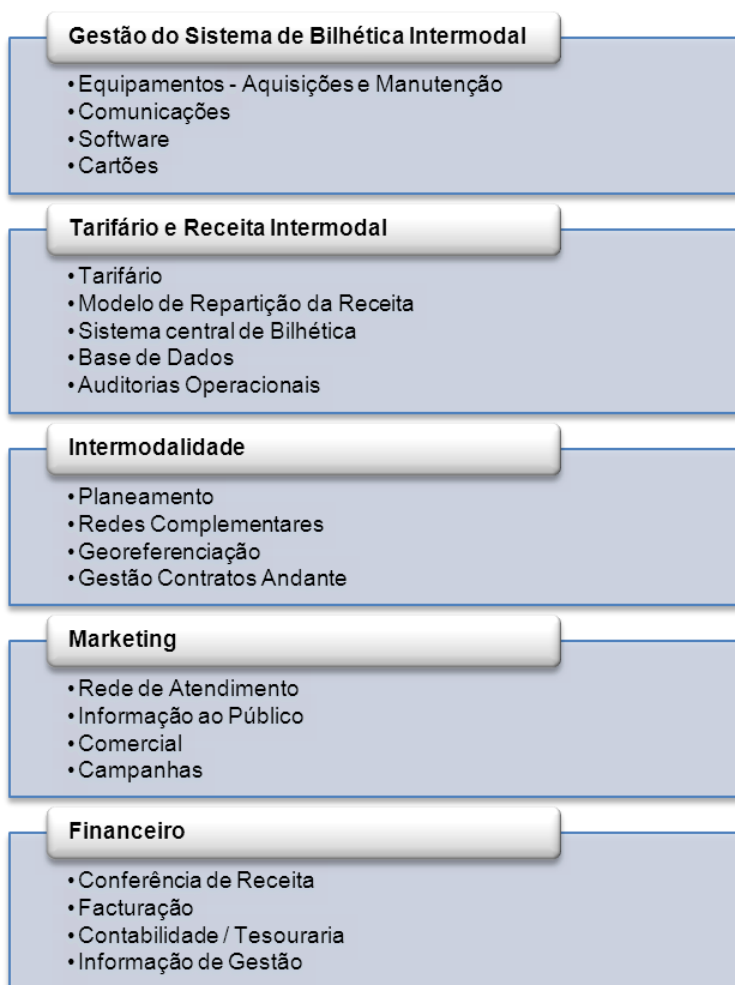


Figura 11 - Estrutura Organizacional

## 6.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

<b>Colaboradores / Empresa</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
MP	8	8	8
STCP	4	4	4
CP	1	1	
	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>12</b>

Tabela 4 - Número de Colaboradores por Empresa de Origem

Dos 12 elementos em serviço neste ACE a 31 de dezembro de 2019, 50% pertencem ao sexo feminino.

## 7. O TIP e as suas Agrupadas

### 7.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA [MP], Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA [STCP] e Comboios de Portugal, EPE. [CP].

Não se registaram alterações no capital social do Agrupamento de 30.000 euros [trinta mil euros], mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Empresa	% Capital
CP - Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	33,3%

### 7.2. Composição dos Órgãos Sociais

Durante o ano de 2019 são de destacar as seguintes alterações ocorridas nos estatutos e composição dos Órgãos Sociais do ACE:

- 25/02/2019: Nomeação por cooptação do Senhor Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, indicado pela agrupada Metro do Porto SA, para preencher o lugar vago por renúncia do Senhor Prof. Jorge Moreno Delgado.
- 19/06/2019: Eleição dos membros do Conselho de Administração tendo assumido a presidência o Senhor Engenheiro Tiago Filipe da Costa Braga. Na mesma data ocorreu a eleição da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único para o Triénio 2019-2021.
- 23/07/2019: Renúncia do Senhor Eng. João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana ao cargo de Administrador Delegado.
- 03/12/2019: Nomeação da Senhora Eng.<sup>a</sup> Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira para o cargo de Administradora Delegada, com início de funções a 13/01/2020.

- 04/12/2019: Alteração do artigo 9.º n.º 3 dos estatutos do ACE, que passa a ter a seguinte redação: “Os administradores não serão remunerados, com exceção do Administrador Delegado”.

## Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral, para o mandato 2019-2021, foi aprovada em reunião deste órgão de 19 de junho de 2019.

### Mandato 2019 - 2021

Cargo	Nome
Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães
Vice - Presidente	Henrique Costa Ramos Megre
Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no ponto 8 do Artigo 8º dos seus Estatutos. São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei, as matérias seguintes:

- Alteração dos Estatutos;
- Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- Exclusão de qualquer membro;
- Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

## Conselho de Administração

Cada entidade agrupada tem o direito de designar um administrador para o Conselho de Administração, sendo os restantes dois eleitos em Assembleia Geral que designará o Presidente.

O Senhor Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes foi cooptado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, indicado pela agrupada Metro do Porto SA, para preencher o lugar vago por renúncia do Senhor Prof. Jorge Moreno Delgado, em 25 de fevereiro de 2019.

Na reunião da Assembleia Geral de 19 de junho de 2019 foram eleitos os membros do Conselho de Administração para o para o Triénio 2019-2021. Posteriormente, por deliberação da Assembleia geral de 3 de dezembro de 2019, a Senhora Eng.<sup>a</sup> Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira foi nomeada para o cargo de Administrador Delegado em substituição do Sr. Eng. João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana, que renunciou ao cargo por carta de 23 de julho de 2019.

### Mandato 2019 - 2021

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, SA
Vogal	Fernando Manuel Moreira	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	STCP, SA
Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	Eleita pela Assembleia Geral
Administradora Delegada	Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira <sup>(1)</sup>	Eleita pela Assembleia Geral

<sup>(1)</sup> com início de funções a 13/01/2020

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP, “compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração.

## Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, “o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de

fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas”.

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2019-2021 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 19 de junho de 2019 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 20161396, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos [ROC n.º 177], passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos [ROC n.º 1314], desde o exercício de 2013.

### 7.3. Modelo de Governo do TIP

O modelo de governo do ACE encontra-se detalhado no Relatório de Governo Societário.



## 8. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em cumprimento pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações entretanto introduzidas, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício-circular nº 770 de 11 de março de 2020 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

### 8.1) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades de Orçamento

Não foram definidos objetivos de gestão pelas Agrupadas para o ano de 2019.

O Plano de Atividades foi aprovado pela Assembleia Geral na sua reunião de 28 de março de 2019. A execução financeira do Plano de Atividades e Orçamento para 2019 é apresentada na tabela seguinte.

INDICADORES TIP	31/12/2018	31/12/2019	19/18	Orçamento 2019	% Execução
<b>Colaboradores em Funções no TIP</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>-7,7%</b>	<b>14</b>	<b>86%</b>
Administrador Delegado	1	0	-100,0%	1	0%
Cedidos pelas Agrupadas	12	12	0,0%	13	92%
<b>Custos operacionais (sem amortizações)</b>	<b>4 949 765</b>	<b>4 448 003</b>	<b>-10,1%</b>	<b>4 795 654</b>	<b>93%</b>
<b>Volume de Negócios</b>	<b>6 839 418</b>	<b>7 242 476</b>	<b>5,9%</b>	<b>6 906 438</b>	<b>105%</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>1 615 503</b>	<b>2 277 260</b>	<b>41,0%</b>	<b>1 605 561</b>	<b>142%</b>
EBITDA	2 362 374	2 999 253	27,0%	2 355 308	127%
Investimento	1 467 777	754 765	-48,6%	1 600 000	47%

[valores expressos em euros]

### 8.2) Gestão do Risco Financeiro

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	n.a	n.a	n.a	3 156,00	12 105,93
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a	n.a	n.a	2,11%	1,57%

No exercício de 2019, a empresa não teve qualquer montante relativo a passivo remunerado.

### 8.3) Limite de Crescimento do Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado:

Passivo Remunerado (€)	2019	2018	Var. 19/18 Valor	%
Financiamentos Obtidos	0,00	0,00	0,00	-
... dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por conversão de créditos	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	-

À data de 31 de dezembro de 2019, a empresa não detinha qualquer montante relativo a passivo remunerado.

#### 8.4) Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

A Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos ("*arrears*"), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 – A / 2011, de 17 de maio, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

PMP	2019	2018	Var. 2019/2018
Prazo (dias)	116	78	48,7%

Dívidas Vencidas (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011				
	0 - 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	818 907	-30 511	17 387	49 162	33 009
Aquisições de Capital	13 038	0	8 118	16 113	12 036
<b>TOTAL</b>	<b>831 945</b>	<b>-30 511</b>	<b>25 505</b>	<b>65 275</b>	<b>45 045</b>

#### 8.5) Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2018

Não foi emitida qualquer recomendação dos acionistas aquando da aprovação das contas do TIP referente ao exercício de 2018.

#### 8.6) Remunerações

##### Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(Início-Fim)				
2019-2021	Presidente	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	n.a.	n.a.
2019-2021	Vice-Presidente	Henrique Costa Ramos Megre	n.a.	n.a.
2019-2021	Secretário	Carlos Paulo Rocha de Sousa Santos Correia	n.a.	n.a.
				n.a.

### Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem. O montante anual da remuneração auferida pelo Administrador Delegado é apresentado nos quadros seguintes:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente	Tiago Filipe da Costa Braga	AG	19/06/2019	n.a.	n.a.	n.a.	1
2019-2021	Vogal	Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	AG	19/06/2019	n.a.	n.a.	n.a.	1
2019-2021	Vogal	Fernando Manuel Moreira	AG	19/06/2019	n.a.	n.a.	n.a.	1
2019-2021	Vogal	Maria João Ferreira da Silva Santos	AG	08/02/2016	n.a.	n.a.	n.a.	2
2019-2021	Administrador Delegado	João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	AG	08/02/2016	n.a.	n.a.	n.a.	2
2019-2021	Administrador Delegado	Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira <sup>2</sup>	AG	03/12/2019	n.a.	n.a.	n.a.	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previsto no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

<sup>1</sup> 23-07-2019 - Renunciou ao cargo de Administrador Delegado

<sup>2</sup> Inicia funções a 13 de janeiro de 2020

Membro do CA (Mandato 2019-2021)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A.	Presidente	Público
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Vogal	Público
Fernando Manuel Moreira	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Diretor	Público
Maria João Ferreira da Silva Santos	CP- Comboios de Portugal, E.P.E	Técnica Superior	Público
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira <sup>1</sup>	n.a.	n.a.	n.a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>2</sup>	Metro do Porto, S.A.	Assessor	Público

1 - inicia funções a 13 de janeiro de 2020

2 - renunciou ao cargo de Administrador a 23 de julho de 2019

Membro do CA (Mandato: 2019-2021)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
(Nome)	(S/N)	(A/B/C)	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fernando Manuel Moreira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira <sup>2</sup>	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

<sup>1</sup> 23-07-2019 - Renunciou ao cargo de Administrador Delegado

<sup>2</sup> Inicia funções a 13 de janeiro de 2020

Membro do CA (Mandato: 2019-2021)	Remuneração Anual - 2019 (€)				
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
(Nome)	(1)	(2)	(3) = (1)+ (2)	(4)	(5) = (3)-(4)
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fernando Manuel Moreira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira <sup>2</sup>	0	0	0	0	0
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	<b>11 689,16</b>	<b>303,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<sup>1</sup> Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

23-07-2019 - Renunciou ao cargo de Administrador Delegado

<sup>2</sup> Inicia funções a 13 de janeiro de 2020

Membro do CA (Mandato: 2019-2021)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fernando Manuel Moreira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	6,41	152,56	Segurança Social	2 848,18	412,38	0,00	Seguro ACT	83,36
		<b>152,56</b>		<b>2 848,18</b>	<b>412,38</b>	<b>0,00</b>	<b>Seguro ACT</b>	<b>83,36</b>

<sup>1</sup> Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA	Encargos com Viaturas (€)							
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade <sup>(1)</sup>	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas
							(€)	(€)
(Nome)	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)				
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Fernando Manuel Moreira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	Sim	Sim	28 873,24	Renting	2017	2021	454,15	3 061,85

(1) aquisição; ALD: Leasing ou outra

<sup>1</sup> Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Fernando Manuel Moreira	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Maria João Ferreira da Silva Santos						
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	561,28	1281,99	0,00	Refeições	650,75	2 494,02
						2494,02

(\*) Cooptado Vogal na reunião de 30 de janeiro de 2018, após renúncia do Dr. Pedro José Ferreira Morais por carta datada de 31-12-2017.

<sup>1</sup> Existe um contrato de prestação de serviços onde está prevista a afetação dos respetivos recursos humanos, todos remunerados pelas respetivas empresas de origem

## Conselho Fiscal

O montante anual da remuneração auferida pelo Fiscal Único é apresentado nos quadros seguintes.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2019-2021	Vogal Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	AG	19/06/2019	416,67	n.a.

(†) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nome	Remuneração Anual 2019 (€)		
	Bruta	Redução Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	5000,00	0,00	5000,00
	5000,00	0,00	5000,00

## Fiscal Único

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2019-2021	Vogal Efetivo	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	SROC nº 53 ROC nº 1314	20161396	AG	19/06/2019	n.a.	n.a.	17

Legenda: (†) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, representada pelo Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos	5000,00	0,00	5000,00	Parecer jurídico sobre Repartição de Receitas do TIP	5000,00	0,00	5000,00

## Auditor Externo

O montante anual da remuneração auferida pelo Auditor Externo é apresentado nos quadros seguintes.

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & Associados, S.R.O.C., Lda	29	20161384	04/09/2019	Exercícios de 2019, 2020 e 2021	n.a.	1

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & Associados, S.R.O.C., Lda	5580,00	0,00	5580,00	-	0,00	0,00	0,00

## Restantes Trabalhadores

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos seus recursos humanos assegurada pelas Agrupadas.

## **8.7) Aplicação do Estatuto de Gestor Público**

Não são utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Não foram reembolsadas a gestores públicos quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet é apresentado no quadro seguinte.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	200,00	777,65	278,90	1 056,55	n. a.
				<b>1 056,55</b>	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ângelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana <sup>1</sup>	200,00	334,01	161,95	495,96	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	0,00	0,00	0,00	0,00	n. a.
				<b>495,96</b>	

1 - Renunciou ao cargo de Administrador Delegado em 23/07/2019

O valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é apresentado nos quadros seguintes.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Jorge Moreno Delgado	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Paulo de Azevedo Pereira da Silva	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
José Manuel Rodrigues Gaspar	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	200,00	777,65	278,90	1 056,55	n. a.
				<b>1 056,55</b>	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Ángelo Augusto dos Santos Oliveira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Fernando Manuel Moreira	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
Maria João Ferreira da Silva Santos	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.	n. a.
João Rui de Sousa Simões Fernandes Marrana	200,00	334,01	161,95	495,96	n. a.
Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira	0,00	0,00	0,00	0,00	n. a.
				<b>495,96</b>	

### 8.8) Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

### 8.9) Relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio nem processa remunerações.

### 8.10) Relatório anual sobre prevenção da Corrupção

Não foram observadas ocorrências de factos de corrupção.

### 8.11) Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando do lançamento dos procedimentos concursais.



Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Não existiram atos ou contratos celebrados de valor superior a 5 milhões de euros.

### **8.12) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas**

Não aplicável.

### **8.13) Medidas de redução de gastos operacionais**

Não aplicável.

### **8.14) Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria**

Em cumprimento do disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de junho de 2019, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019, a decisão de contratar a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas é tomada em situações excecionais devidamente fundamentadas e desde que demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

No exercício, não se verificaram contratações enquadráveis no disposto no n.º 2 do referido artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, que incidam em matéria económico-financeira ou jurídica, de natureza iminente estratégica, nomeadamente no âmbito de operações de reestruturações, fusões e aquisições, alienação de participações ou de ativos, relação com entidades supervisoras e com a União Europeia e outras Instituições Europeias.

### 8.15) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O TIP, no quadro da respetiva gestão financeira, mantém as suas disponibilidades e aplicações junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., nos termos do regime jurídico aplicável à tesouraria do Estado.

Pontualmente, resultado de particularidades técnicas do negócio e da indisponibilidade de serviços ou soluções por parte da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, o TIP tem necessidade de colocar, sem prejuízo de posterior consolidação de saldos, fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no número n.º 3 do Artigo 28.º do Decreto-Lei 133/2013, o TIP solicitou regime de exceção relativamente a essas situações pontuais. O Ofício n.º SGC – 20443 de 27 de dezembro de 2018 vem excepcionar a colocação dos referidos fundos fora da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

Banca Comercial/IBAN	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Millennium BCP	2 176 272,91	1 533 244,38	1 518 424,00	1 831 148,04
Santander	613 186,28	260 125,35	515 225,20	503 950,04
Caixa Geral de Depósitos	28 828,85	143 229,54	84 067,76	27 258,43
<b>Total</b>	<b>2 818 288,04</b>	<b>1 936 599,27</b>	<b>2 117 716,96</b>	<b>2 362 356,51</b>
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

O saldo disponível em contas TIP mantidas na banca comercial à data de 31-12-2019, corresponde, em grande medida, ao depósito de valores relativos ao serviço de recolha de valores e a terminais de pagamento automático [TPA] das máquinas de venda automática [MVA] e postos de venda assistida [PVA].

### 8.16) Divulgação das recomendações do Tribunal de contas nos últimos 3 anos

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente aos últimos 3 anos.

### 8.17) Divulgação de Informação

O TIP não divulga informação no sítio da internet do SEE [Portal da DGTF].

Toda a informação relevante sobre o governo do ACE e elementos de prestação de contas, bem como desempenho mensal do ACE em termos operacionais, é apresentada na página de internet em [www.linhandante.com](http://www.linhandante.com).

O TIP é um agrupamento complementar de empresas, pelo que o cumprimento das orientações legais, nomeadamente o que se refere à divulgação da informação no site do SEE, é efetuado pelas 3 agrupadas que o constituem.

## 9. Desempenho Económico e Financeiro

### 9.1. Introdução

O TIP é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética intermodal comum aos operadores de transporte aderentes ao SIA, três empresas agrupadas e dezasseis operadores rodoviários privados.

É assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita, de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes. Complementarmente, assegura também a gestão dos equipamentos de bilhética monomodal da empresa agrupada STCP.

Em termos de orientação económica e financeira, é reconhecido que o objetivo deste ACE não consiste na maximização dos seus resultados, mas antes corresponde à otimização da eficiência da rede comercial e do sistema de bilhética, na dupla perspetiva do cliente e das empresas agrupadas: a primeira visando facilitar o acesso ao transporte público e a segunda orientada para a redução dos custos de operação dos sistemas. Posiciona-se, assim, este agrupamento como uma entidade instrumental, sujeita a princípios de eficácia e de equilíbrio económico.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acresce o valor cobrado aos clientes pelos cartões vendidos.

### 9.2. Situação Patrimonial

BALANÇO	2018	2019	Varição 2019/18
Ativos fixos tangíveis	1 391 876	1 431 325	2,83%
Ativos intangíveis	1 826 299	1 828 672	0,13%
Inventários	597 549	484 415	-18,93%
Clientes	1 288 832	897 589	-30,36%
Estado e outros entes públicos	93 367	4 883	-94,77%
Outros créditos a receber	3 003 673	3 982 917	32,60%
Diferimentos	19 132	3 816	-80,05%
Caixa e depósitos bancários	12 833 475	11 323 905	-11,76%
<b>Ativo</b>	<b>21 054 202</b>	<b>19 957 522</b>	<b>-5,21%</b>
Capital subscrito	30 000	30 000	0,00%
Resultados transitados	55 891	1 671 395	2890,44%
Subsídios ao investimento	1 073 422	1 012 410	-5,68%

Resultado líquido do período	1 615 503	2 277 260	40,96%
<b>Capital Próprio</b>	<b>2 774 817</b>	<b>4 991 065</b>	<b>79,87%</b>
Passivo não corrente	0	11 166	n.a.
Fornecedores	1 568 104	1 294 193	-17,47%
Fornecedores de Investimentos	213 294	127 261	-40,34%
Estado e outros entes públicos	110 564	7 718	-93,02%
Outras dívidas a pagar	16 387 423	13 526 120	-17,46%
<b>Passivo</b>	<b>18 279 385</b>	<b>14 966 458</b>	<b>-18,12%</b>

[valores expressos em euros]

Registou-se em 2019 um nível de investimento na ordem dos 755 mil de euros (face a 1,5 milhões de euros no ano anterior), na sua maioria referente ao PART (44%) e ao projeto de bilhética desmaterializada (22%) suportado nos dispositivos de comunicação móvel [*smartphones*] dos clientes, designado de Projeto **anda**. O valor restante é justificado, em grande medida, por investimentos de requalificação do parque de equipamentos de bilhética, com o intuito de garantir a sua disponibilidade e prolongar a vida útil dos mesmos.

O investimento realizado em 2019, levou a um ligeiro aumento do ativo não corrente face a 2018 (1,3%).

No que respeita ao ativo corrente, regista-se uma diminuição das dívidas de clientes (30%), ascendendo estas a 900 mil euros no final do exercício, resultado da redução generalizada dos saldos dos clientes. De salientar, em sentido contrário, a evolução da dívida da PSP-Direção Nacional que regista um acréscimo significativo relativamente a 2018. Trata-se de faturação relativa a requisições de títulos de transporte disponibilizados em 2019, mas cujo pagamento foi, entretanto, efetuado em 2020.

A rubrica outros créditos a receber regista um aumento na ordem dos 33% face ao ano anterior, para um total no final do exercício de 4 milhões de euros. Este aumento resulta sobretudo da receita em poder de terceiros no valor de 1,9 milhões de euros (1,6 milhões de euros em 2018), valor que corresponde à receita intermodal em trânsito à data de 31 de dezembro de 2019, e que ainda não tinha sido transferida para as contas bancárias do TIP. Também contribuiu para este aumento a “receita intermodal a transferir” no valor de 1,2 milhões euros, correspondente a receita de títulos vendidos nas MVA da CP e que, à data de 31 de dezembro de 2019, também não tinha sido ainda transferida para as contas bancárias do TIP (971 mil euros à data de 31 de dezembro de 2018)

Os valores a receber do Estado, 4 mil euros, são na totalidade referentes a verbas de IRC-Retenções na fonte a receber.

A rubrica caixa inclui receita em trânsito no valor de 1,6 milhões euros, correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2019.

Os capitais próprios, ascendem em 2019 a 5 milhões de euros, um acréscimo de 80% face ao ano transato (2,8 milhões de euros em 2018). A melhoria desta rubrica resulta, quer do resultado líquido positivo que se tem verificado nos exercícios, quer dos subsídios ao investimento recebidos, em 2017 e 2018, decorrentes dos incentivos atribuídos pelo Fundo Ambiental para o Projeto Piloto anda e Projeto (beyond) anda.

No final de 2019, o passivo não corrente apresenta na rubrica provisões um total de 11 mil euros, valor que se refere na totalidade a processos em contencioso envolvendo este ACE.

Ao nível do passivo corrente, destaca-se a rubrica outras dívidas a pagar, em grande medida composta por receita intermodal repartida e faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA, genericamente processada em data posterior ao fecho de cada mês. Esta rubrica registou um decréscimo de 17% relativamente a 2018.

De salientar a redução de 40% das dívidas a fornecedores de investimentos. Para este facto terá contribuído o nível de investimento registado em 2019, 755 mil euros, contra 1,5 milhões registados em 2018.

### 9.3. Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2018	2019	Varição 2019/18
CMVMC	-411 146	-459 941	11,87%
Fornecimentos e serviços externos	-3 907 314	-3 395 832	-13,09%
Gastos com o pessoal	-631 304	-592 230	-6,19%
Imparidade de dívidas a receber	0	-6 638	n.a.
Outros gastos e perdas	-43 257	-44 052	1,84%
Provisões líquidas	0	-11 166	n.a.
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-636 047	-712 974	12,09%
Juros e gastos similares suportados	-110 005	-8 416	-92,35%
Imposto sobre o rendimento do período	-819	-604	-26,23%
<b>Gastos</b>	<b>-5 739 892</b>	<b>-5 231 853</b>	<b>-8,85%</b>
Vendas e serviços prestados	6 839 418	7 242 476	5,89%
Outros rendimentos e ganhos	515 977	266 636	-48,32%
Juros e rendimentos similares obtidos		1	n.a.
<b>Rendimentos</b>	<b>7 355 396</b>	<b>7 509 113</b>	<b>2,09%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 615 503</b>	<b>2 277 260</b>	<b>40,96%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>2 362 374</b>	<b>2 999 253</b>	<b>26,96%</b>

[valores expressos em euros]

O EBITDA e o resultado líquido voltaram a registar ambos um aumento relativamente ao ano anterior, o primeiro em cerca de 27% para o valor de 3 milhões de euros, e o segundo em 41% para o valor de 2,3 milhões de euros.

De salientar a subida de 6% das vendas e serviços prestados, para o que contribuiu o aumento de 3% nas vendas de títulos de transporte (cerca de 73 mil euros) e o aumento de 9% das comissões de âmbito intermodal (cerca de 405 mil euros).

A rubrica outros rendimentos e ganhos registou um decréscimo de 48% face ao ano anterior (-249 mil euros face a 2018). Nesta rubrica foram contabilizados os rendimentos relativos ao desreconhecimento dos talões “Vale Numerário” expirados e não descontados e a imputação de subsídios ao investimento. Em 2018, foram ainda contabilizados os rendimentos relativos à alienação de equipamento de bilhética à agrupada Metro do Porto, facto que justifica a variação apresentada.

De referir também a diminuição, em termos agregados, de 13% na rubrica de fornecimento e serviços externos. Esta diminuição resulta, por um lado, da transferência de equipamentos de bilhética para a Metro do Porto com reflexo na redução dos encargos suportados com a rede de vendas Andante, nomeadamente com os custos de conservação e reparação das máquinas de venda automática instaladas na rede de metro e, por outro, da redução rubrica seguros já que em 2019 está contabilizado um estorno de um prémio de seguro relativo aos equipamentos de bilhética transferidos para a CP Porto.

O valor registado na rubrica Imparidade de dívidas a receber no exercício de 2019 refere-se exclusivamente a clientes em mora há mais de 24 meses.

	2018	2019	Varição 2019/18
Custos operacionais	4 949 765	4 448 003	-10,14%
Receitas operacionais	6 839 418	7 242 476	5,89%
<b>Grau de cobertura operacional</b>	<b>138,18%</b>	<b>162,83%</b>	<b>24,65 p.p.</b>

[valores expressos em euros]

O grau de cobertura operacional registou uma variação positiva face a 2018 de 25 p.p. Este indicador traduz a cobertura dos custos operacionais sem amortizações pelas receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP.

## 9.4. Gestão de riscos

### Risco Liquidez

O risco de liquidez resulta de um passivo corrente superior ao ativo corrente. O TIP faz uma gestão de recebimentos e pagamentos, por forma a assegurar níveis adequados de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019 o fundo de maneiio - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era positivo no montante de 1.742.233 euros (443.358 euros negativos em 31 de dezembro de 2018), sendo que o grau de liquidez imediata se situou nos 2,59 (1,35 em 31 de dezembro de 2018), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>
Caixa e depósitos bancários	12.833.475	11.323.905
Receita em poder de terceiros	1.554.091	1.872.559
Operadores conta corrente	971.318	1.228.365
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>15.358.884</b>	<b>14.424.829</b>
Fornecedores	1.568.104	1.294.193
Fornecedores de investimentos	213.294	127.261
Estado e outros entes públicos	110.564	7.718
Credores diversos	9.134.070	3.709.643
Remunerações	73.468	60.298
Outros	305.491	380.672
<b>(2) Passivo de curto prazo (i)</b>	<b>11.404.990</b>	<b>5.579.785</b>
<b>(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata</b>	<b>1,35</b>	<b>2,59</b>

- (i) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo aos agrupados, está decomposto da seguinte forma:

	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>
Fornecedores	821.360	568.523
Créditos diversos	7.951.368	2.994.498
<b>Passivo curto prazo – Agrupados</b>	<b>8.772.729</b>	<b>3.563.022</b>
Fornecedores	746.743	725.669
Créditos diversos	1.885.518	1.291.094
<b>Passivo curto prazo – Outras Entidades</b>	<b>2.632.262</b>	<b>2.016.763</b>
<b>Total do passivo curto prazo</b>	<b>11.404.990</b>	<b>5.579.785</b>



## 9.5. Eventos Subsequentes

### Início de funções do Administrador Delegado

Por deliberação da Assembleia geral de 3 de dezembro de 2019, a Senhora Eng.ª Sara Margarida Lobão Berrelha dos Santos Pereira foi nomeada para o cargo de Administradora Delegada, com início de funções no dia 13 de janeiro de 2020.

### Pandemia COVID-19

A Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, a situação de Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional da COVID-19 e, em 11 de março de 2020, considerou a COVID-19 como uma pandemia.

Na sequência desta declaração, têm vindo a ser aprovadas e publicadas no Diário da República um conjunto de medidas temporárias no âmbito da prevenção e controlo de infeção epidemiológica pelo novo COVID-19, nomeadamente pela declaração de Situação de Calamidade e pela imposição do Estado de Emergência, que implicaram limitações e ajustamentos significativos à operação do transporte público de passageiros, e em particular à atividade do ACE, desde março de 2020. De entre toda a legislação publicada, destacamos a seguinte:

- O Despacho n.º 2836-A/2020 de 2 de março que obriga à elaboração de um plano de contingência.
- O Decreto-Lei n.º 10-A/2020 de 13 de março que estabelece medidas de temporárias relativas à situação epidemiológica, entre elas medidas de suspensão de atividades letivas, limitação de acesso a espaços frequentados pelo público (incluindo os transportes) e adoção do teletrabalho.
- O Decreto n.º 2-A/2020 de 20 de março que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.
- O Decreto n.º 2-B/2020 de 2 de abril que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.
- O Decreto-Lei n.º 14-C/2020 de 7 de abril que estabelece definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes
- O Decreto n.º 2-C/2020 de 17 de abril que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020 de 30 de abril que declara a situação de calamidade.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2020 de 17 de maio que prorroga a declaração da situação de calamidade.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020 de 29 de maio que prorroga a declaração da situação de calamidade.

Apesar de ainda não quantificáveis, esperam-se quebras significativas nos rendimentos operacionais do Agrupamento, a partir de março de 2020, mantendo um nível de gastos operacionais praticamente inalterado. Não obstante este contexto significativamente adverso, a continuidade da atividade do Agrupamento, bem como o cumprimento dos seus compromissos financeiros, não se perspetivam comprometidos por serem assegurados, solidariamente pelos seus agrupados, conforme previsto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73.

#### 9.6. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 2.277.260,29 euros [dois milhões duzentos e setenta e sete mil, duzentos e sessenta euros e vinte e nove cêntimos], seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Porto, 30 de junho de 2020

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente:

Vogais:

## PERSPETIVAS PARA 2020



Tal como se encontra mais detalhadamente descrito no Plano de Atividades e Orçamento para 2020, deverão ocorrer no ano em curso um conjunto de intervenções muito relevantes para o TIP, entre as quais se destacam as referidas nos pontos A a F adiante apresentados.

#### A. Cartões Bancários EMV *contactless* no Sistema Intermodal Andante

Na sequência da assinatura do MOU com a VISA no último trimestre de 2019, iniciaram-se os trabalhos de preparação da Fase 1 (Piloto) do projeto de utilização dos cartões bancários EMV *contactless* no Sistema Intermodal Andante, suportado no modelo MTT (*Mass Transit Transaction*), alinhado com as regras da VISA e Mastercard.

Perspetiva-se que o desenvolvimento do projeto em todas as suas frentes (técnica, operações e comunicação e marketing), venha a permitir a disponibilização ao público desta Fase 1 no 2º semestre de 2020.

O TIP definiu com a VISA um modelo de desenvolvimento e de partilha de responsabilidades, de forma a garantir uma arquitetura aberta que lhe confira a capacidade de ser o mais autónomo possível nos desenvolvimentos futuros da sua plataforma de MTT, tendo chamado a si:

- o desenvolvimento de uma solução certificada (PCI DSS) de software para Validadores, correspondente ao nível L3 EMV (*Payment Application*), agnóstica em relação ao hardware dos mesmos e integrável na API Andante, de forma a poder ser portada para os Validadores que vierem a ser adquiridos pelos operadores;
- o desenvolvimento do Servidor de Pagamentos (*EMV Fare Engine*), que permita ao TIP vir a implementar, de per si, os tarifários e as regras de negócio que melhor se adequarem ao desenvolvimento desta solução, incluindo a definição de limites diários (*capping*) ou quaisquer outros mecanismos inteligentes de otimização;
- a propriedade total destas peças de software.

O alargamento da solução (Fase 2) a todo o SIA (Sistema Intermodal Andante), dependerá da velocidade de renovação dos sistemas de bilhética dos diversos operadores, fundamentalmente no que diz respeito à substituição dos atuais Validadores – em fim de vida útil - mas estima-se que poderá iniciar-se no decorrer do ano seguinte.

## B. O Anda em IOS (Apple)

O ano de 2020 verá o relançamento do **anda**, numa operação que será inspirada num trabalho conduzido pela FEUP, sobre “Benchmarking e Mecanismos de Captura e Retenção de Utilizadores em Bihética Móvel”, e que passará por um conjunto extenso de atividades de desenvolvimento do produto, de parcerias potenciadoras de adesão de grandes grupos corporativos e de comunicação e marketing.

O TIP não perdeu de vista a possibilidade (e necessidade) de estender o ANDA ao mundo IOS, tendo no final de 2019 marcado finalmente uma reunião com a responsável para a Europa da APPLE, para discutir os cenários possíveis para esta implementação, cuja solução ótima passará sempre por um acordo com a esta multinacional.

Sem prejuízo desta iniciativa junto à Apple, e antecipando alguma dificuldade inerente à negociação que se seguirá, o TIP decidiu lançar mãos a uma alternativa que não dependesse demasiado da Apple e dos seus timings, contando lançar ao público uma versão do ANDA em IOS, até ao final de 2020. Sem um apoio integral da Apple não se conseguirá evitar que corresponda a uma experiência de utilização um pouco diferente da versão original para Android, mas permitirá, ainda assim, disponibilizar o ANDA aos ávidos utilizadores de *smartphones* Apple, o que, acreditamos, terá um enorme impacto no relançamento desta aplicação.

## C. Nova API Anda (APex)

O PART (Programa de Redução Tarifária), implementado durante o primeiro quadrimestre de 2019, permitiu comprovar todo o potencial da API Andante (biblioteca de software partilhada por todos os operadores afetos ao SIA, e que encapsula todos os detalhes de tecnologia, arquitetura de segurança, modelo de dados, tarifários e regras de negócio do sistema de bilhética do SIA), permitindo que alterações dramáticas (mudanças tarifárias, aumento significativo do número de zonas, alteração ao modelo de dados) fossem implementadas de forma simples e muito bem sucedida por todos os operadores, com arranque simultâneo e integral na data prevista.

No advento de uma mudança de contexto na AMP, com a contratualização dos serviços rodoviários e a consequente volatilidade que trará (potencial de mudança de operadores no final de cada período de contrato), adicionado ao facto de estar em curso a mudança de propriedade, do TIP para os operadores públicos, dos sistemas de bilhética (a que se seguirá a necessária renovação), o TIP irá iniciar em 2020 a inclusão de algumas modificações muito significativas na atual API Andante, numa partilha de conceito e tecnológica com a AML.

Estas modificações centrar-se-ão fundamentalmente (mas não exclusivamente) na capacidade de parametrização remota da API, permitindo ao TIP modificar tarifários, regras de negócio e até a inclusão de novas tecnologias de validação (QRCode, Bluetooth, ...), sem que para isso se tenha que passar necessariamente pelo ciclo de distribuição e integração de uma nova API nos sistemas de bilhética de todos os operadores do SIA.

#### D. Portal Andante

O ano de 2020 verá também o lançamento do novo Portal Andante, que mais do que apenas uma renovação da versão do *site* que sobreviveu desde 2003, será um verdadeiro portal interativo, com capacidade para prestar um conjunto de serviços relevantes aos clientes do SIA, desde funções básicas consulta/atualização do perfil, de requisição e carregamento de cartões, pedidos de faturas (e 2ª vias), de compra de vouchers, até funções mais complexas de suporte aos novos produtos Andante, como sejam o **anda**, EMV *contactless* e outros que se seguirão.

#### E. Cartão Virtual Multi-City (Cartão Único Nacional)

O TIP, suportado num protocolo com o Fundo Ambiental, lançou mãos em 2019 do desenvolvimento de uma Prova-de-Conceito (POC) correspondente a uma solução de bilhética móvel pré-paga, baseada na emulação HCE (tecnologia base do **anda**) de dois ou mais (2+) cartões virtuais e tratando modelos de dados distintos, que lhe viesse a permitir:

- Em complemento à solução **anda**, mais inovadora e disruptiva, lançar o embrião de um “sabor” diferente de bilhética móvel pré-paga, sem registo de adesão prévio, mais simples e convencional, destinada a um target de clientes esporádicos (ex: turistas) e de curta permanência na AMP.
- Dar um contributo decisivo para a interoperabilidade da bilhética móvel, fundamentalmente tendo em vista as regiões limítrofes à AMP, com quem poderá/deverá vir a inter-operar no futuro, mas também tendo em conta uma visão global Nacional.

O desenvolvimento desta POC deverá ficar concluído no primeiro trimestre de 2020, e consubstanciar-se-á na realização de um piloto envolvendo o SIA no Porto, a Carris em Lisboa e os SMTUC em Coimbra, fazendo com a bilhética móvel o que não se fez no passado com a bilhética “física” (cartões), no caminho do “cartão único Nacional”.

## F. MaaS (Mobility as a Service)

Enquanto estudo a sua própria incursão no território MaaS, o TIP, em 2020, porá à prova a sua infraestrutura de cartões virtuais (base tecnológica do **anda** e cartão virtual Multi-City) e a sua arquitetura de segurança e de tratamento de canais de venda externos (MeSS – Merchant Secure Server), promovendo o aparecimento de soluções multiserviços através de protocolos técnicos e comerciais com entidades externas.



## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019



## Balanço em 31 de dezembro de 2019

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 431 325	1 391 876
Ativos intangíveis	6	1 828 672	1 826 299
		<b>3 259 997</b>	<b>3 218 175</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	484 415	597 549
Clientes	8	897 589	1 288 832
Estado e outros entes públicos	9	4 883	93 367
Outros créditos a receber	10	3 982 917	3 003 673
Diferimentos	11	3 816	19 132
Caixa e depósitos bancários	4	11 323 905	12 833 475
		16 697 525	17 836 027
<b>Total do ativo</b>		<b>19 957 522</b>	<b>21 054 202</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	12	30 000	30 000
Resultados transitados	12	1 671 395	55 891
Subsídios ao investimento	12	1 012 410	1 073 422
Resultado líquido do período	12	2 277 260	1 615 503
<b>Total do capital próprio</b>	12	<b>4 991 065</b>	<b>2 774 817</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	13	11 166	
		<b>11 166</b>	
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	1 294 193	1 568 104
Fornecedores de investimentos	15	127 261	213 294
Estado e outros entes públicos	9	7 718	110 564
Outras dívidas a pagar	16	13 526 120	16 387 423
		14 955 292	18 279 385
<b>Total do passivo</b>		<b>14 966 458</b>	<b>18 279 385</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>19 957 522</b>	<b>21 054 202</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Demonstração dos resultados por naturezas do período findo

em 31 de dezembro de 2019

Valores em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2019	2018
<b>Réditos</b>			
Vendas e serviços prestados	17	7 242 476	6 839 418
<b>Outros rendimentos</b>			
Trabalhos para a própria entidade	25	14 634	2 536
Outros rendimentos e ganhos	18	252 002	513 441
<b>Gastos e perdas</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(459 941)	(411 146)
Fornecimentos e serviços externos	20	(3 395 832)	(3 907 314)
Gastos com o pessoal	21	(592 230)	(631 304)
Imparidade de dívidas a receber	22	(6 638)	
Outros gastos e perdas	23	(44 052)	(43 257)
Provisões líquidas	13	(11 166)	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>2 999 253</b>	<b>2 362 374</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(712 974)	(636 047)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 286 279</b>	<b>1 726 327</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		1	
Juros e gastos similares suportados	24	(8 416)	(110 005)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 277 865</b>	<b>1 616 323</b>
Imposto sobre o rendimento do período	9	(604)	(819)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 277 260</b>	<b>1 615 503</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**Demonstração das alterações no capital próprio de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2019**

Unidade: **Euros**

	Notas	Capital subscrito	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição em 01-01-2018</b>	<b>1</b>	<b>30 000</b>	<b>984 549</b>	<b>-653 707</b>	<b>709 599</b>	<b>1 070 440</b>
<b>Alterações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				709 599	-709 599	0
Variação subsídios ao investimento			88 873			88 873
	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>88 873</b>	<b>709 599</b>	<b>-709 599</b>	<b>88 873</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>3</b>				<b>1 615 503</b>	<b>1 615 503</b>
<b>Resultado Integral</b>	<b>4 = 2 + 3</b>					<b>1 615 503</b>
<b>Capital próprio em 31-12-2018</b>	<b>6 12</b>	<b>30 000</b>	<b>1 073 422</b>	<b>55 891</b>	<b>1 615 503</b>	<b>2 774 817</b>
<b>Alterações no Período:</b>						
Aplicação dos resultados				1 615 503	-1 615 503	0
Variação subsídios ao investimento			-61 013			-61 013
	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>-61 013</b>	<b>1 615 503</b>	<b>-1 615 503</b>	<b>-61 013</b>
<b>Resultado Líquido do Período - 2019</b>	<b>8</b>				<b>2 277 260</b>	<b>2 277 260</b>
<b>Resultado Integral - 2019</b>	<b>9 = 7 + 8</b>					<b>2 277 260</b>
<b>Capital próprio em 31-12-2019</b>	<b>10 12</b>	<b>30 000</b>	<b>1 012 410</b>	<b>1 671 395</b>	<b>2 277 260</b>	<b>4 991 065</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2019 e 2018

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		7 533 872	7 317 429
Pagamentos a fornecedores		(3 968 052)	(3 818 016)
Pagamentos ao pessoal		(608 036)	(625 531)
Caixa gerada pelas operações		2 957 785	2 873 882
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(819)	(745)
Outros recebimentos/pagamentos		(77 436)	(81 026)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<b>2 879 530</b>	<b>2 792 111</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Ativos fixos tangíveis		(606 039)	(262 454)
Ativos intangíveis		(235 507)	(849 854)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<b>(841 546)</b>	<b>(1 112 308)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Subsídios e Doações		70 682	150 000
Valores a transferir para os operadores		109 922 156	100 187 205
<b>Pagamentos respeitantes a :</b>			
Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos efetuados aos operadores		(113 540 330)	(100 051 855)
Juros e gastos similares		(62)	(346)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<b>(3 547 554)</b>	<b>285 004</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>(1 509 570)</b>	<b>1 964 807</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>12 833 475</b>	<b>10 868 667</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>11 323 905</b>	<b>12 833 475</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

do período findo em 31 de dezembro de 2019

(valores expressos em euros)

### 1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de julho de 2020. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2019, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

O princípio subjacente à elaboração das demonstrações financeiras foi o da continuidade das operações, não obstante o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 121/2019 de 22 de agosto estabelecer a dissolução do A.C.E..

Em 31 de dezembro de 2019 o fundo de maneiio - diferença entre o passivo corrente e o ativo corrente - era positivo no montante de 1.742.233 euros (negativo no montante de 443.358 euros em 31 de dezembro de 2018), sendo que o grau de liquidez imediata situou-se nos 2,59 (1,35 em 31 de dezembro de 2018), o que traduz o facto de as responsabilidades de curto prazo poderem ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades imediatas do TIP.

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Caixa e depósitos bancários	11.323.905	12.833.475
Receita em poder de terceiros	1.872.559	1.554.091
Operadores conta corrente	1.228.365	971.318
<b>(1) Disponibilidades</b>	<b>14.424.829</b>	<b>15.358.884</b>
Fornecedores	1.294.193	1.568.104
Fornecedores de investimentos	127.261	213.294
Estado e outros entes públicos	7.718	110.564
Credores diversos	3.709.643	9.134.070
Remunerações	60.298	73.468
Outros	380.672	305.491
<b>(2) Passivo de curto prazo (i)</b>	<b>5.579.785</b>	<b>11.404.990</b>
<b>(3) = (1)/(2) Grau de Liq Imediata</b>	<b>2,59</b>	<b>1,35</b>

- (ii) O passivo de curto prazo, incluindo o passivo relativo às agrupadas, está decomposto da seguinte forma:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Fornecedores	568.523	821.360
Créditos diversos	2.994.498	7.951.368
<b>Passivo curto prazo – Agrupados</b>	<b>3.563.022</b>	<b>8.772.729</b>

Fornecedores	725.669	746.743
Créditos diversos	1.291.094	1.885.518
<b>Passivo curto prazo – Outras Entidades</b>	<b>2.016.763</b>	<b>2.632.262</b>
<b>Total do Passivo curto prazo</b>	<b>5.579.785</b>	<b>11.404.990</b>

Conforme referido na nota 16 às contas, em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos na rubrica de Receita a repartir 9.375.507 euros relativos à venda de títulos intermodais Andante (6.874.395 em 31 de dezembro de 2018), no entanto, de acordo com o Modelo de Repartição (procedimento que divide a receita intermodal pelos operadores aderentes), estes valores só serão processados em momento posterior ao da utilização da respetiva viagem. Assim, nos moldes definidos e uma vez que a aquisição de viagem ocorre necessariamente em momento anterior ao da sua utilização, poderá suceder um hiato temporal entre os valores reconhecidos na rubrica de Receita a repartir e a correspondente repartição pelos operadores aderentes. Tipicamente esse hiato temporal pode situar-se entre os 45 dias e os 2 anos, encontrando-se também reconhecido na conta de receita a repartir um montante de 101.411 euros em 31 de dezembro de 2019 relativo a viagens não reclamadas, sem expectativa de repartição por limitação do modelo de repartição em vigor (101.411 euros em 31 de dezembro de 2018).

Não obstante, é expectativa da administração que seja mantido o suporte financeiro das agrupadas, que à data de 31 de dezembro de 2019 são credores de um passivo de curto prazo de 3.563.022 euros (8.772.729 euros em 31 de dezembro de 2018).

## 2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.



### 2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<b>N.º de anos</b>
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### **3.2. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, pelo seu custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo possa estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões das imparidades são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

### **3.3. Inventários**

As mercadorias correspondem na sua quase totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

### **3.4. Imposto sobre o rendimento**

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2019, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

### **3.5. Clientes e Outros créditos a receber**

As rubricas de “Clientes e Outros créditos a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.6. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subseqüentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

### 3.7. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

### 3.8. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

### 3.9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e ao subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo dos montantes que serão pagos no ano seguinte os quais se encontram refletidos na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

### 3.10. Rédito

#### a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

#### b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pelas comissões de Validação e de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações extraídas do sistema de bilhética.

### 3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

#### Estimativas contabilísticas relevantes

##### 3.11.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### **3.11.2 Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### **3.11.3 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

## **3.12. Alterações das políticas contabilísticas**

### **3.12.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas**

Durante o período não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior apresentada nos comparativos.

## **4. FLUXOS DE CAIXA**

### **Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Depósitos bancários	9.409.303	11.648.116
Caixa	1.914.602	1.185.358
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.323.905</b>	<b>12.833.475</b>

A rubrica “caixa” inclui receita em transito no valor de 1.621.492 euros (872.585 euros em 31 de dezembro de 2018) correspondente a valores de receita intermodal por transferir para as contas bancárias do TIP à data de 31 de dezembro de 2019.

## 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

## Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2019

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
<b>1 de janeiro de 2019</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.031.197	4.000	725.670	1.537	10.769.863
Depreciações acumuladas	-6.699	-8.737.096	-1.667	-632.471	-55	-9.377.988
<b>Valor líquido</b>	<b>761</b>	<b>1.294.102</b>	<b>2.333</b>	<b>93.199</b>	<b>1.481</b>	<b>1.391.876</b>
<b>Variação do período</b>						
Adições	0	489.528	0	24.108	0	513.636
Alienações/abates	0	-7.013	0	-3.878	0	-10.891
Depreciação-exercício	-82	-404.952	-1.000	-58.949	-192	-465.175
Depreciação-alienações	0	1.253		625		1.878
<b>Valor líquido</b>	<b>-82</b>	<b>78.816</b>	<b>-1.000</b>	<b>-38.094</b>	<b>-192</b>	<b>39.449</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.513.712	4.000	745.900	1.537	11.272.609
Depreciações acumuladas	-6.781	-9.140.794	-2.667	-690.795	-247	-9.841.284
<b>Valor líquido</b>	<b>679</b>	<b>1.372.918</b>	<b>1.333</b>	<b>55.105</b>	<b>1.290</b>	<b>1.431.325</b>



## Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2018

	Edifícios e o. construções	Equip. básico	Equip. Transporte	Equip. Admin.	Outros A.F.T.	Total
<b>1 de janeiro de 2018</b>						
Custo de Aquisição	6.645	11.227.284	4.000	683.881	20	11.921.830
Depreciações acumuladas	-6.645	-10.047.123	-667	-552.116	-7	-10.606.557
<b>Valor líquido</b>	<b>0</b>	<b>1.180.161</b>	<b>3.333</b>	<b>131.765</b>	<b>14</b>	<b>1.315.273</b>
<b>Variação do período</b>						
Adições	815	568.800		53.024	1.516	624.155
Alienações/abates		-1.764.887		-11.235		-1.776.122
Depreciação-exercício	-54	-449.865	-1.000	-84.692	-49	-535.660
Depreciação-alienações		1.759.892		4.337		1.764.230
<b>Valor líquido</b>	<b>761</b>	<b>113.941</b>	<b>-1.000</b>	<b>-38.567</b>	<b>1.468</b>	<b>76.603</b>
<b>31 de dezembro 2018</b>						
Custo de Aquisição	7.460	10.031.197	4.000	725.670	1.537	10.769.863
Depreciações acumuladas	-6.699	-8.737.096	-1.667	-632.471	-55	-9.377.988
<b>Valor líquido</b>	<b>761</b>	<b>1.294.102</b>	<b>2.333</b>	<b>93.199</b>	<b>1.481</b>	<b>1.391.876</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

### Movimentos nos ativos intangíveis – 2019

	Projetos em desenvolvimento	Programas diversos	Aplicação ANDA	Aplicação Beyond ANDA	Total
<b>1 de janeiro de 2019</b>					
Custo de Aquisição	144.173	74.606	1.774.728	0	1.993.508
Amortizações acumuladas	0	-61.084	-106.124	0	-167.208
<b>Valor líquido</b>	<b>144.173</b>	<b>13.522</b>	<b>1.668.604</b>	<b>0</b>	<b>1.826.299</b>
<b>Variação do período</b>					
Adições	67.234	18.550	171.356		257.141
Transferências e abates	-95.373		-7.294	95.373	-7.294
Amortizações-exercício	0	-515	-238.312	-8.941	-247.768
Depreciação-abates			295	0	295
<b>Valor líquido</b>	<b>-28.139</b>	<b>18.035</b>	<b>-73.955</b>	<b>86.432</b>	<b>2.373</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>					
Custo de Aquisição	116.034	93.156	1.938.791	95.373	2.243.354
Amortizações acumuladas	0	-61.599	-344.141	-8.941	-414.682
<b>Valor líquido</b>	<b>116.034</b>	<b>31.557</b>	<b>1.594.650</b>	<b>86.432</b>	<b>1.828.672</b>

Ainda, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 entrou em funcionamento e iniciou a sua amortização o projeto denominado “Beyond anda”, caracterizado pelos seguintes tópicos:

- Validação *Slave*: Análise e avaliação de arquiteturas alternativas de validação, baseadas em interfaces abertas não proprietárias;
- Interoperabilidade HCE: Desenvolvimento dos mecanismos necessários à generalização do “anda” a outras geografias.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

## Movimentos nos ativos intangíveis – 2018

	Projetos em desenvolvimento	Programas diversos	Aplicação ANDA	Total
<b>1 de janeiro de 2018</b>				
Custo de Aquisição	1.080.686	60.431	0	1.141.118
Amortizações acumuladas	0	-59.903	0	-59.903
<b>Valor líquido</b>	<b>1.080.686</b>	<b>528</b>	<b>0</b>	<b>1.081.215</b>
<b>Variação do período</b>				
Adições	913.337	14.175		927.512
Transferências e abates	-1.849.850		1.774.728	-75.122
Amortizações-exercício		-1.181	-109.249	-110.430
Depreciação-abates			3.125	3.125
<b>Valor líquido</b>	<b>-936.513</b>	<b>12.994</b>	<b>1.668.604</b>	<b>745.084</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>				
Custo de Aquisição	144.173	74.606	1.774.728	1.993.508
Amortizações acumuladas	0	-61.084	-106.124	-167.208
<b>Valor líquido</b>	<b>144.173</b>	<b>13.522</b>	<b>1.668.604</b>	<b>1.826.299</b>

## 7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 484.415 euros e encontram-se em poder do TIP (597.549 euros em 31 de dezembro de 2018, das quais 458.590 euros encontravam-se em poder do TIP e 138.959 euros em trânsito).

## 8. CLIENTES

No período findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Clientes – Entidades públicas	399.628	292.431
Clientes – Entidades não públicas	497.961	996.401
Clientes em mora à mais de 24 meses	20.746	14.108
Clientes - Perdas por imparidade	-20.746	-14.108
<b>Total Clientes</b>	<b>897.589</b>	<b>1.288.832</b>

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Metro do Porto, S.A.	408.417	591.722
PSP - Direcção Nacional	187.060	35.482
Direcção Geral da Adm.da Justiça	57.560	104.530
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	34.863	68.259
Brigada Fiscal GNR Cons.Administr.	28.996	27.612
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	26.357	214.548
C.M. DO PORTO	20.164	12.597
Polícia Judiciária	12.226	8.545
Alternância-Ens.Form.Profissional	11.596	18.002
Outras dívidas de clientes	110.350	207.535
<b>Total Clientes</b>	<b>897.589</b>	<b>1.288.832</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos de perdas por imparidade de clientes são analisados como segue:

	<b>Saldo 1 Janeiro</b>	<b>Dotação do exercício</b>	<b>Reversões</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Saldo 31 Dezembro</b>
<b>Clientes com créditos em mora à mais de 24 meses:</b>					
Setor empresarial e particulares	654	6.638	0	0	7.292
Setor público	13.455	0	0	0	13.455
<b>Total de imparidades de clientes</b>	<b>14.108</b>	<b>6.638</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>20.746</b>

## 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentavam-se como segue:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA– A recuperar	0	0	88.483	0
IVA– A pagar	0	3.971	0	103.967
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)	0	3.142	0	5.778
IRC – Retenções na fonte a receber	4.883	0	4.883	0
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)	0	0	0	0
IRC – Tributações autónomas	0	604	0	819
	<b>4.883</b>	<b>7.718</b>	<b>93.367</b>	<b>110.564</b>

## 10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos mais significativos da rubrica “Outros créditos a receber” apresentavam-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Receita em poder de terceiros	1.872.559	1.554.091
Receita intermodal a transferir	1.228.365	971.318
Acrésc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	403.135	103.176
Acrésc. rendimento-Comissões Monomodais	89.789	103.061
Operadores receita distribuída	61.501	61.501

Acrésc. rendimento-Seguro MR a cargo do operador	0	117.760
Acrésc. rendimento-Vandalismo a cargo do operador	0	18.131
Outros acrésc. rendimentos	327.568	74.635
<b>Total de Outros créditos a receber</b>	<b>3.982.917</b>	<b>3.003.673</b>

A rubrica “Receita em poder de terceiros” no valor de 1.872.559 euros corresponde aos valores de receita intermodal em transito à data de 31 de dezembro de 2019 (1.554.091 euros à data de 31 de dezembro de 2018) e que ainda não tinham sido transferidos para as contas bancárias do TIP.

A rubrica “Receita intermodal a transferir” no valor de 1.228.365 euros corresponde a receita de títulos vendidos nos postos de venda CP e que, à data de 31 de dezembro de 2019, ainda não tinham sido transferidos para as contas bancárias do TIP (971.318 euros à data de 31 de dezembro de 2018).

## 11. DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos (Ativo)» em 31 de dezembro de 2019 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 3.816 euros (19.132 euros em 31 de dezembro de 2018).

## 12. CAPITAL

### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

### Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância



acumulada nesta rubrica é, em 31 de dezembro de 2019, de 1.671.395 euros (55.891 euros em 31 de dezembro de 2018).

## Subsídios ao investimento

### Projeto “anda”

Durante o exercício de 2017, na sequência da candidatura do projeto "anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 982.028 euros.

### Projeto “(beyond) anda”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na sequência da candidatura do projeto "(beyond) anda", o TIP recebeu do Fundo Ambiental o montante total de 150.000 euros. Já em 2019, o investimento elegível para a candidatura do projeto "(beyond) anda" fixou-se em 144.173 euros tendo o TIP, nessa sequência, devolvido à entidade gestora o montante de 5.827 euros de subsídios recebidos.

No que respeita ao do projeto "(beyond) anda", este divide-se em dois tópicos:

- “Validação-Slave”: Análise e avaliação de arquiteturas alternativas de validação, baseadas em interfaces abertas não proprietárias, que diminuam os custos, a complexidade e a logística de instalação e manutenção, importantes na equação de modernização dos sistemas de bilhética. Total do investimento participado 95.373 euros, com início de utilização em abril de 2019;
- "Interoperabilidade HCE": Desenvolvimento dos mecanismos necessários à generalização do anda a outras geografias, em todos os seus aspetos, nomeadamente no que enfrenta maior desafio que é a validação baseada em HCE, garantindo o tratamento transparente e ubíquo dos diferentes modelos de dados e tarifários. Total do investimento participado 48.800 euros.

A componente "Interoperabilidade HCE" do projeto "(beyond) anda" ainda se encontra em fase de construção ou de instalação e, por isso, não está em condições

de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2019 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados do subsídio recebido, que teria por base a amortização praticada.

### Projeto “Sama 2020”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na sequencia da candidatura do projeto "Sama 2020": Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública, o TIP recebeu do Fundo Social Europeu o montante total de 76.509 euros.

Em virtude dos ativos subjacentes ainda se encontrarem em fase de construção ou de instalação e, por isso, ainda não estarem em condições de uso para a finalidade que motivou a sua aquisição, não se procedeu á sua depreciação ou amortização em 2019 e, em consequência, também não existiu a regularização por resultados dos subsídios recebidos, que teria por base as amortizações praticadas.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

	<b>Notas</b>	<b>FEDER</b>	<b>Fundo Ambiental</b>	<b>Fundo Social Europeu</b>	<b>Total</b>
<b>1 de janeiro de 2018</b>		<b>2.521</b>	<b>982.028</b>	<b>0</b>	<b>984.549</b>
Adições			150.000		150.000
Regularizações por resultados	18	-2.521	-58.606		-61.127
<b>31 de dezembro de 2018</b>		<b>0</b>	<b>1.073.422</b>	<b>0</b>	<b>1.073.422</b>
Adições			0	76.509	76.509
Devoluções			-5.827	0	-5.827

Regularizações por resultados	18	0	-131.694	0	-131.694
<b>31 de dezembro de 2019</b>		<b>0</b>	<b>935.901</b>	<b>76.509</b>	<b>1.012.410</b>

### Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 na rubrica “Resultado líquido do período” foram os seguintes:

	<b>Montante</b>
<b>1 de janeiro de 2018</b>	<b>709.599</b>
Aplicação dos resultados	-709.599
Resultado do período	1.615.503
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.615.503</b>
Aplicação dos resultados	-1.615.503
Resultado do período	2.277.260
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.277.260</b>

### 13. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2019 o valor da rubrica “Provisões” refere-se na sua totalidade a processos em contencioso envolvendo o ACE e são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo ACE, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

	<b>Saldo inicial</b>	<b>Constituição e reforço</b>	<b>Redução e reversão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo final</b>
Processos judiciais em curso	0	11.166	0	0	11.166
	<b>0</b>	<b>11.166</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11.166</b>

#### 14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Metro do Porto, S.A.	449.492	744.881
Egor Outsourcing Pr.S.O.Ad.Pessoal	259.246	212.938
SIBS - FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S	146.908	54.553
Grupo 8-Vigilância e Prevenção	83.069	43.251
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	79.377	66.401
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	69.098	42.073
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	49.934	34.406
Outras dívidas a fornecedores	157.070	369.599
	<b>1.294.193</b>	<b>1.568.104</b>

#### 15. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Rodoviária de Lisboa, S.A.	36.900	0
CARD4B - SYSTEMS, S.A.	35.855	11.937
Ideal, Lda.	21.033	33.641
ITEN SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORM	15.807	0
Auto Viação Pacense, Lda	8.118	0
OPT-Optimização e Planeamento	6.150	6.150
RELOAD-CONSULTORIA INFORMÁTICA, Lda	2.433	3.798
Outros	966	157.768
<b>Total de fornecedores de investimentos</b>	<b>127.261</b>	<b>213.294</b>

## 16. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Receita a repartir pelos operadores	9 375 507	6.874.395
Metro do Porto, S.A.	1 490 083	4.123.041
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	977 654	3.285.425
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	526 761	542.903
MGC-Moreira Gomes & Costas,Lda	117 756	156.899
Empresa de Transp. Gondomarense	87 147	54.150
Viaporto - Op.Manut.Transportes	70 948	338.124
Valpi-Alberto Pinto & Filhos,	49 232	159.087
Outras contas a pagar	831 032	853.401

<b>Total de outras contas a pagar (saldo corrente)</b>	<b>13 526 120</b>	<b>16.387.423</b>
--	-------------------	-------------------

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Outros credores</b>		
Credores diversos i)	3.709.643	9.134.070
Receita a repartir ii)	9.375.507	6.874.395
<b>Acréscimos de gastos</b>		
Remunerações	60.298	73.468
Outros	380.672	305.491
	<b>13.526.120</b>	<b>16.387.423</b>

- i) A rubrica “Credores diversos” refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.
- ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificada pela empresa Critical em 2015. O facto da aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior, ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da receita a repartir registado na contabilidade era de 9.375.507 euros (6.874.395 euros em 31 de dezembro de 2018).

Estes valores encontram-se já expurgados dos seguintes fluxos:

- Receita a não repartir no montante de 89.704 euros em 31 de dezembro de 2019 (183.352 euros em 31 de dezembro de 2018): diz respeito à contabilização da receita arrecadada pelo TIP e sem expectativa de repartição pelos operadores por impossibilidade técnica do algoritmo em vigor. Este valor é explicado pela diferença entre a faturação de títulos Andante Pro (títulos entretanto expirados e não utilizados) e a correspondente receita repartida;
- Receita a desconhecer, 31 de dezembro de 2019, no montante de 111.837 euros (107.510 euros em 31 de dezembro de 2018): diz respeito ao desconhecimento no balanço do passivo referente aos talões "Vale Numerário" expirados (data de validade superior a 2 anos).

Assim a rubrica "Receita a repartir" corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito bancário efetuado em contas do TIP passível de repartição, de acordo com o algoritmo em vigor, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a receita intermodal apresenta a seguinte decomposição:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Títulos Ocasionais não validados	6.086.979	4.166.072
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	3.006.894	2.334.301
Talões "Vale Numerário" não reclamados	131.465	185.262
Viagens não reclamadas	101.411	101.411
Validações repartidas no ano seguinte	48.758	87.348
<b>Receita Intermodal</b>	<b>9.375.507</b>	<b>6.874.395</b>

A rubrica "Viagens não reclamadas" resulta da análise efetuada, com referência a 31 de dezembro de 2019, à receita intermodal arrecadada e por repartir. Foi obtida da diferença entre o total da receita arrecadada pelo TIP em 31 de dezembro de 2019 de 9.375.507 euros (6.874.395 euros em 31 de dezembro de 2018) e as correspondentes responsabilidades de

9.274.095 euros (6.772.984 euros em 31 de dezembro de 2018). O valor desta rubrica ascende a 101.411 em 31 de dezembro de 2019 e não alterou face a 31 de dezembro de 2018.

## 17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Prestação de serviços – Ambito intermodal	4.692.264	4.287.545
Vendas mercadorias – Títulos	2.389.828	2.317.573
Prestação de serviços – Ambito monomodal	160.384	234.300
<b>Total de vendas e serviços prestados</b>	<b>7.242.476</b>	<b>6.839.418</b>

## 18. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	<b>Notas</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Alienações Inv Não Financeiros		491	326.444
Desreconhecimento Vales/Numerário		111.837	113.961
Imputação de subsídios ao investimento	12	131.695	61.127
Ganhos em inventários		0	10.721
Outros		7.978	1.189
<b>Total de outros rendimentos e ganhos</b>		<b>252.002</b>	<b>513.441</b>

A rubrica "Alienação de investimentos não financeiros" representa, essencialmente, ganhos apurados na alienação de equipamentos de bilhética.



A rubrica "Desreconhecimento Vales/Numerário" corresponde aos talões "Vale Numerário" expirados (data de emissão anterior à data do balanço - 31/12/n - superior a 2 anos) no montante de 111.837 euros em 31 de dezembro de 2019 (113.961 euros em 31 de dezembro de 2018).

## 19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Existências iniciais		458.590	341.500
Compras		512.966	564.473
Regularizações	7	-27.200	-36.238
Existências finais	7	-484.415	-458.590
<b>Gasto do período</b>		<b>459.941</b>	<b>411.146</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de mercadorias em transito para armazém era nulo (138.959 euros em 31 de dezembro de 2018).

## 20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Subcontratos	2.462.489	2.407.259
Serviços especializados	739.724	911.290
Serviços diversos	137.023	523.155
Materiais	39.174	45.339

Outros	17.423	20.270
<b>Total de fornecimentos e serviços externos</b>	<b>3.395.832</b>	<b>3.907.314</b>

A rubrica “Subcontratos” refere-se fundamentalmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente:

- Recursos humanos: 783.516 euros (695.381 euros em 31 de dezembro de 2018);
- Comissões de processamento de pagamentos: 452.331 euros (564.000 euros em 31 de dezembro de 2018);
- Comissões a revendedores: 1.116.341 euros (749.428 euros em 31 de dezembro de 2018), o aumento desta rubrica resulta diretamente da transferência das MVA do TIP para a esfera dos operadores;
- Transporte e tratamento de valores: 30.445 euros (293.592 euros em 31 de dezembro de 2018), a diminuição desta rubrica resulta essencialmente da transferência de encargos, anteriormente suportados pelo TIP, para a esfera dos operadores, na sequência da alienação das MVA;
- Comissões pagamentos automáticos: 79.856 euros (104.859 euros em 31 de dezembro de 2018);

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente a:

- Encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética, 303.514 euros (585.816 euros em 31 de dezembro de 2018), a diminuição desta rubrica resulta essencialmente da transferência de encargos, anteriormente suportados pelo TIP, para a esfera dos operadores, na sequência da alienação das MVA;
- Trabalhos especializados de diversas entidades, 384.388 euros (285.795 euros em 31 de dezembro de 2018).

## 21. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foram como segue:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Remunerações		
Órgãos sociais	30.411	60.872
Pessoal	435.731	435.448
	<b>466.142</b>	<b>496.319</b>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	107.287	114.612
Custos de ação social	4.137	6.596
Outros	14.664	13.777
	<b>126.088</b>	<b>134.985</b>
<b>Total de gastos com o pessoal</b>	<b>592.230</b>	<b>631.304</b>

O número médio de empregados do ACE em 2019 foi de 13 (13 em 31 de dezembro de 2018), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto . . . . . 8 colaboradores
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP . . . . . 4 colaboradores

## 22. IMPARIDADES DE DIVIDAS A RECEBER

A quantia reconhecida na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” refere-se exclusivamente a clientes em mora há mais de 24 meses (conforme explicitado na nota 8) e apresenta a 31 de dezembro de 2019 6.638 euros (valor nulo em 31 de dezembro de 2018).

	31.12.2019		31.12.2018	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Dividas a receber de clientes	0	6.638	0	0
<b>Total de perdas por imparidade de dívidas de clientes</b>	<b>0</b>	<b>6.638</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 23. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Quebras em inventários	27.200	36.238
Correcções relativas a períodos anteriores	6.101	0
Multas e penalidades	826	668
Impostos e taxas	308	801
Outros	9.617	5.550
<b>Total de outros gastos e perdas</b>	<b>44.052</b>	<b>43.257</b>

### 24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Gastos com serviços bancários	8.385	109.990
Outros	31	15
<b>Total de juros e gastos similares suportados</b>	<b>8.416</b>	<b>110.005</b>

A diminuição da rubrica “Gastos com serviços bancários” resulta, essencialmente, da transferência de encargos com comissões bancárias, anteriormente suportados pelo TIP, para a esfera dos operadores, na sequência da alienação das máquinas de venda automática.

## 25. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

A quantia reconhecida na rubrica “Trabalhos para a própria entidade” refere-se exclusivamente a alocação de recursos (humanos) internos ao projeto “anda”, projeto já em funcionamento caracterizado pela disponibilização ao cliente de um sistema de pagamento da utilização de transporte público com recurso à tecnologia dos *smartphones*, e apresenta a 31 de dezembro de 2019 o montante rendimento de 14.634 euros (2.536 euros em 31 de dezembro de 2018).

## 26. PARTES RELACIONADAS

### Transações entre partes relacionadas

#### Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S. A.

STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.

## Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Prestação de Serviços</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	391.227	454.437
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1.787.793	1.816.530
Metro do Porto, S. A.	3.079.952	2.489.684
	<b>5.258.971</b>	<b>4.760.651</b>
<b>Aquisição de Serviços (incl receita)</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	7.588.758	4.970.142
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	32.138.443	35.450.952
Metro do Porto, S.A.	50.132.027	44.744.352
	<b>89.859.228</b>	<b>85.165.446</b>

Os saldos finais a 31 de dezembro de 2019 e os respetivos valores comparativos de 31 de dezembro de 2018 das rubricas “Prestação de Serviços - CP” e “Prestação de Serviços - STCP” refletem o critério anteriormente adotado designadamente, de não considerar nas referidas rubricas a receita intermodal recebida pela CP e pela STCP nos postos de venda onde, simultaneamente, atuam como revendedores.

No final do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Saldos devedores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	34.863	68.259
Metro do Porto, S.A.	408.417	591.722
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	26.357	214.548
	<b>469.637</b>	<b>874.529</b>
<b>Saldos credores</b>		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	595.859	589 290
Metro do Porto, S.A.	1.939.575	4 867 922
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	1.027.588	3 321 338
	<b>3.563.022</b>	<b>8 778 550</b>

## 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

### Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem

### Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, de 5.000 euros (5.000 euros em 31 de dezembro de 2018).

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

O ano de 2020 tem sido profundamente marcado pelos efeitos causados pelo surto do novo coronavírus, que provoca a doença Covid-19, uma pandemia global declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que já provocou milhares de mortes e centenas de milhares de infetados.

Tal doença despoletou em Portugal, à semelhança do ocorrido no resto do Mundo, a imposição de medidas extremas, nomeadamente:

- Adoção de planos de contingência por parte de todas as empresas públicas;
- Declaração do estado de alerta em todo o país em meados de março concretizado com o fecho de todas as escolas a partir de 16 de março, encerramento de discotecas, restrições em restaurantes, centros comerciais, serviços públicos, proibição de desembarque de passageiros de cruzeiros e a adoção do regime de teletrabalho sempre que funções o permitam;
- Declaração de 3 estados de emergência que vigoraram desde 18 de março até 2 de maio.

Esta nova realidade gerou profundas alterações sociais e económicas, das quais tem particular impacto na atividade do Agrupamento numa extensão ainda não quantificável, o confinamento social, ora provocado pelas restrições à mobilidade impostas durante os Estados de Emergência, ora impostas por novos hábitos sociais como são a adoção de teletrabalho, a realização da atividade escolar em casa, a redução do turismo, entre outras.

Estimam-se quebras significativas nos rendimentos operacionais do Agrupamento, a partir de março de 2020, mantendo um nível de gastos operacionais praticamente inalterado.

Não obstante este contexto significativamente adverso, a continuidade da atividade do Agrupamento, bem como o cumprimento dos seus compromissos financeiros, não se perspetivam comprometidos por serem assegurados, solidariamente pelos seus agrupados, conforme previsto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73 .



## ANEXOS



### INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA RELEVANTE

**Quantidade Vendida  
Cartões c/ utilização  
intermodal**

	2017	2018	2019	Δ 18/19
Andante PVC TIP	209 042	90 005	121 020	34,46%
Andante PVC 4_18	13 037	8 113	28 104	246,41%
Andante PVC Sub23	15 648	11 783	27 127	130,22%
Person. Func./Familiar STCP	7 080	1 665	796	-52,19%
Personalização STCP	187	0	0	
<b>Total PVC</b>	<b>244 994</b>	<b>111 566</b>	<b>177 047</b>	<b>58,69%</b>
Cartão Andante CTS TIP	3 352 381	3 197 508	3 229 063	0,99%
<b>TOTAL</b>	<b>3 597 375</b>	<b>3 309 074</b>	<b>3 406 110</b>	<b>2,93%</b>

NOTA: A quantidade de cartões constante do ano de 2017 inclui a troca gratuita no âmbito da campanha de troca para os novos cartões com prazo de validade.

**Carregamentos por tipo de título \***

Título de Transporte	2017	2018	2019	Δ 18/19
Títulos de Viagem	29 392 506	29 464 340	26 900 274	-8,70%
Andante 24	184 155	216 030	233 089	7,90%
Andante Tour 1	52 228	48 592	72 188	48,56%
Andante Tour 3	61 934	64 485	89 975	39,53%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>29 690 823</b>	<b>29 793 447</b>	<b>27 295 526</b>	<b>-8,38%</b>
Assinatura Normal	767 240	754 878	1 070 582	41,82%
Assinatura 4_18		10 420	105 841	915,75%
Assinatura 4_18 (A)	74 279	71 718	71 854	0,19%
Assinatura 4_18 (B)	23 429	17 373		
Assinatura 4_18 (F)	57	22		
Assinatura Criança	10 303	10 772	7 073	-34,34%
Assinatura Estudante	293 664	284 231	184 980	-34,92%
Assinatura 3ª Idade	274 381	271 745	397 376	46,23%
Assinatura Ref. / Pens.	135	70	466	565,71%
Assinatura Sub23	6 489	23 458	85 361	263,89%
Assinatura Sub23 (A)	107 810	115 102	134 928	17,22%
Assinatura Sub23 (F)	7			
Social +	240 371	224 781	232 313	3,35%
Social + (A)	52 653	55 645	66 198	18,96%
Social + (D)	4 218	4 050	5 623	38,84%
Social + (R)	135	99	41	-58,59%
Sub 13			17 163	
Assinatura P&R	1 439	1 413	2 048	44,94%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>1 856 610</b>	<b>1 845 777</b>	<b>2 381 847</b>	<b>29,04%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>31 547 433</b>	<b>31 639 224</b>	<b>29 677 373</b>	<b>-6,20%</b>

\* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

**Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)**

	2017	2018	2019	Δ 18/19
Andante PVC TIP	341 990,85 €	435 101,00 €	672 232,00 €	54,50%
Andante PVC 4_18	17 117,00 €	21 011,00 €	57 762,00 €	174,91%
Andante PVC Sub23	20 974,00 €	28 966,00 €	50 372,00 €	73,90%
Personalização STCP	565,00 €			
<b>Total PVC</b>	<b>380 646,85 €</b>	<b>485 078,00 €</b>	<b>780 366,00 €</b>	<b>60,87%</b>
Cartão Andante CTS TIP	1 592 475,65 €	1 913 432,30 €	1 934 854,70 €	1,12%
<b>TOTAL</b>	<b>1 973 122,50 €</b>	<b>2 398 510,30 €</b>	<b>2 715 220,70 €</b>	<b>13,20%</b>

**Receita de carregamentos por tipo de título \***

Título de Transporte	2017	2018	2019	Δ 18/19
Títulos de Viagem	38 666 577,75 €	40 221 346,55 €	36 766 578,40 €	-8,59%
Andante 24	920 533,90 €	1 095 665,15 €	1 178 776,05 €	7,59%
Andante Tour 1	364 113,60 €	339 223,30 €	503 453,10 €	48,41%
Andante Tour 3	927 219,40 €	965 983,60 €	1 348 307,40 €	39,58%
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>40 878 444,65 €</b>	<b>42 622 218,60 €</b>	<b>39 797 114,95 €</b>	<b>-6,63%</b>
Assinatura Normal	25 397 755,70 €	28 078 740,25 €	37 431 174,65 €	33,31%
Assinatura 4_18		344 219,00 €	2 759 816,15 €	701,76%
Assinatura 4_18 (A)	1 027 787,70 €	1 024 698,40 €	998 780,60 €	-2,53%
Assinatura 4_18 (B)	591 243,45 €	388 561,90 €		
Assinatura 4_18 (F)	1 352,00 €	501,80 €		
Assinatura Criança	246 625,85 €	267 477,90 €	171 381,30 €	-35,93%
Assinatura Estudante	8 215 637,80 €	8 192 531,90 €	4 967 509,80 €	-39,37%
Assinatura 3ª Idade	7 213 994,55 €	7 494 506,60 €	10 842 994,60 €	44,68%
Assinatura Ref. / Pens.	3 817,10 €	2 017,90 €	13 760,30 €	581,91%
Assinatura Sub23	198 135,35 €	716 364,00 €	2 342 257,40 €	226,96%
Assinatura Sub23 (A)	1 809 585,75 €	2 024 227,00 €	2 104 728,60 €	3,98%
Assinatura Sub23 (F)	159,25 €			
Social +	6 706 085,75 €	6 558 063,35 €	6 303 361,00 €	-3,88%
Social + (A)	987 481,75 €	1 086 808,85 €	1 213 028,75 €	11,61%
Social + (D)	116 019,05 €	114 140,40 €	152 228,40 €	33,37%
Social + (R)	3 478,60 €	2 663,70 €	1 080,70 €	-59,43%
Assinatura P&R	22 848,00 €	23 732,00 €	34 561,00 €	45,63%
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>52 542 007,65 €</b>	<b>56 319 254,95 €</b>	<b>69 336 663,25 €</b>	<b>23,11%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>93 420 452,30 €</b>	<b>98 941 473,55 €</b>	<b>109 133 778,20 €</b>	<b>10,30%</b>

\* Dados referentes à receita correspondente à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

**Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal**

	2017	2018	2019	Δ 18/19
MVAs rede MP	40 463 822,60 €	43 585 175,90 €	47 583 279,95 €	9,17%
PayShop	- €	472 561,95 €	31 444 038,15 €	6553,95%
Pagaqui	30 498 309,55 €	31 086 483,70 €	2 084 382,20 €	-93,29%
Lojas Andante	11 780 537,95 €	12 262 249,30 €	15 066 969,05 €	22,87%
CP Porto	3 881 983,65 €	3 875 830,80 €	5 934 401,55 €	53,11%
MVAs rede CP	3 466 518,80 €	3 699 267,20 €	4 473 619,35 €	20,93%
STCP	49 760,05 €	54 995,90 €	65 734,10 €	19,53%
SIBS	4 113 575,80 €	4 998 146,25 €	3 255 753,85 €	-34,86%
Privados	454 949,55 €	458 379,55 €	636 982,15 €	38,96%
Revendedores	684 116,85 €	655 807,95 €	804 324,45 €	22,65%
Anda		191 085,35 €	499 514,10 €	161,41%
<b>TOTAL</b>	<b>95 393 574,80 €</b>	<b>101 339 983,85 €</b>	<b>111 848 998,90 €</b>	<b>10,37%</b>

**Validações por tipo de título**

Título de Transporte	2017	2018	2019	Δ 18/19
Títulos de Viagem	36 811 024	37 552 849	33 865 931	-9,82%
Andante 24	627 146	700 307	281 331	-59,83%
Andante Tour 1	194 830	229 217	837 520	265,38%
Andante Tour 3	588 429	687 232	687 232	0,00%
<b>Total Títulos Ocasioneis</b>	<b>38 221 429</b>	<b>39 169 605</b>	<b>35 672 014</b>	<b>-8,93%</b>
Assinatura Normal	42 294 541	45 233 333	62 920 544	39,10%
Assinatura 4_18		488 054	4 669 322	856,72%
Assinatura 4_18 (A)	3 716 048	3 574 226	3 662 934	2,48%
Assinatura 4_18 (B)	1 149 488	855 876		
Assinatura 4_18 (F)	3 095	1 861		
Assinatura Criança	371 038	385 938	263 829	-31,64%
Assinatura Estudante	14 032 381	13 535 708	9 156 089	-32,36%
Assinatura 3ª Idade	16 876 066	16 829 164	24 446 360	45,26%
Assinatura Ref. / Pens.	18 619	8 640	44 946	420,21%
Assinatura Sub23	289 120	1 073 790	4 043 207	276,54%
Assinatura Sub23 (A)	4 979 315	5 307 653	6 398 234	20,55%
Assinatura Sub23 (F)	147			
Social +	17 986 969	17 143 268	17 845 657	4,10%
Social + (A)	4 225 188	4 493 492	5 269 361	17,27%
Social + (D)	319 870	289 563	393 148	35,77%
Social + (R)	14 939	12 032	5 529	-54,05%
Sub 13			665 612	
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>106 276 823</b>	<b>109 232 598</b>	<b>139 784 772</b>	<b>27,97%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>144 498 252</b>	<b>148 402 203</b>	<b>175 456 786</b>	<b>18,23%</b>

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título**

Título de Transporte	2017	2018	2019
Total Títulos Ocasioneis	1,11 €	1,14 €	1,17 €
Total Títulos Assinatura	0,50 €	0,52 €	0,50 €

**Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título**

<b>Título de Transporte</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Títulos de Viagem	1,05 €	1,07 €	1,09 €
Andante 24	1,47 €	1,56 €	1,61 €
Andante Tour 1	1,87 €	1,48 €	1,79 €
Andante Tour 3	1,58 €	1,41 €	1,61 €
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,07 €</b>	<b>1,09 €</b>	<b>1,11 €</b>
Assinatura Normal	0,60 €	0,62 €	0,60 €
Assinatura 4_18		0,71 €	0,59 €
Assinatura 4_18 (A)	0,28 €	0,29 €	0,27 €
Assinatura 4_18 (B)	0,51 €	0,45 €	
Assinatura 4_18 (F)	0,44 €	0,27 €	
Assinatura Criança	0,66 €	0,69 €	0,65 €
Assinatura Estudante	0,59 €	0,61 €	0,54 €
Assinatura 3ª Idade	0,43 €	0,45 €	0,44 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,21 €	0,23 €	0,31 €
Assinatura Sub23	0,69 €	0,67 €	0,58 €
Assinatura Sub23 (A)	0,36 €	0,38 €	0,33 €
Assinatura Sub23 (F)	1,08 €		
Social +	0,37 €	0,38 €	0,35 €
Social + (A)	0,23 €	0,24 €	0,23 €
Social + (D)	0,36 €	0,39 €	0,39 €
Social + (R)	0,23 €	0,22 €	0,20 €
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>0,49 €</b>	<b>0,52 €</b>	<b>0,50 €</b>

**Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)**

<b>Título de Transporte</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Títulos de Viagem	1,25	1,27	1,26
Andante 24	3,41	3,24	3,13
Andante Tour 1	3,73	4,72	3,90
Andante Tour 3	9,50	10,66	9,31
<b>Total Títulos Ocasionais</b>	<b>1,29</b>	<b>1,31</b>	<b>1,31</b>
Assinatura Normal	55,02	59,81	58,66
Assinatura 4_18		46,84	44,12
Assinatura 4_18 (A)	50,03	49,84	50,98
Assinatura 4_18 (B)	49,06	49,26	
Assinatura 4_18 (F)	54,29	84,59	
Assinatura Criança	36,01	35,83	37,30
Assinatura Estudante	47,78	47,62	49,50
Assinatura 3ª Idade	61,51	61,93	61,52
Assinatura Ref. / Pens.	137,92	123,43	96,45
Assinatura Sub23	44,56	45,78	47,37
Assinatura Sub23 (A)	46,19	46,11	47,42
Assinatura Sub23 (F)	21,01		
Social +	74,83	76,27	76,82
Social + (A)	80,25	80,75	79,60
Social + (D)	75,83	71,50	69,92
Social + (R)	110,66	121,54	134,85
Sub 13			38,78
<b>Total Títulos Assinatura</b>	<b>57,24</b>	<b>59,18</b>	<b>58,69</b>

## *Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração*

### **Presidente Professor Jorge Moreno Delgado**

#### Habilitações Académicas:

**2002** Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP-UP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

**1993** Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil FEUP-UP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

**1990** Licenciatura em Engenharia Civil FEUP-UP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

#### Atividade Profissional:

##### **Desde fevereiro 1995:**

Professor - Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG/IPVC)

**Área Científica:** Ciências da Engenharia e Tecnologia

**Grupo Disciplinar:** Engenharia Civil

#### **Principais Áreas de Atividade de Docência e Investigação:**

Análise Estrutural, Engenharia Sísmica; Estruturas de Betão Armado e Estruturas Metálicas, Gestão de Projeto, Estudos e Projetos de Transportes (em especial na área dos LRT (Light Rail Transit))

**Desde 2017:** Presidente do Conselho de Administração do NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE

Vice-Presidente da Assembleia Geral ACA - Associação Casa da Arquitetura

**Desde 2016:** Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE  
Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

**2016 – 2018:** Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

**2008 – 2012:** Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.

**2004 – 2005:** Vice-Presidente do Conselho Administrativo e Diretivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)

**2000 - 2003:** Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

**1990 – 1995:** Engenheiro Sénior da Área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda. (e.g.)

### **PUBLICAÇÕES (e.g.)**

- Jorge M. Delgado, Antonio Abel R. Henriques, Raimundo M. Delgado; "Structural Non-Linear Models and Simulation Techniques: An Efficient Combination for Safety Evaluation of RC Structures"; Handbook of Research on Computational Simulation and Modelling in Engineering, pp. 540 – 584; Release Date: September, 2015. Copyright © 2016.  
(ISBN13: 9781466688230|ISBN10: 1466688238|EISBN13: 9781466688247)
- HENRIQUES, A.A.; VEIGA, J.M.C.; MATOS, J.A.C.; DELGADO, J.M.; "Uncertainty Analysis of Structural Systems by Perturbation Techniques"; Structural and Multidisciplinary Optimization, Vol. 35, N. 3, Springer; pp. 201-212; 2008.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "An efficient evaluation of structural safety applying perturbation techniques"; III European Conference on Computational Mechanics, Solids, Structures and Coupled Problems in Engineering, Ed. C.A. Mota Soares et.al.; Springer; pp. 126 (Ed. CD-ROM: 9 pag.); 2006.
- VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.R.; DELGADO, J.M.; "Avaliação da incerteza em estruturas de betão pela técnica das perturbações"; CIMNE/CILAMCE 2007 - Métodos Numéricos e Computacionais em Engenharia, Ed. J.C. Sá, R. Delgado, A.D. Santos, A. Rodríguez-Ferran, J. Oliver, P.R.M. Lyra, J.L.D. Alves; APMTAC/FEUP – Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Ed. CD-ROM: 12 pag.), pp. 286; 2007.
- VEIGA, J.M.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "Aplicação de técnicas de perturbação na análise da incerteza estrutural"; 4as Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas, LNEC; pp. 92-93 (Ed. CD-ROM: 13 pag.); 2006.
- HENRIQUES, A.A.R.; VEIGA, J.M.; DELGADO, J.M.; "Aplicação da técnica das perturbações na avaliação da incerteza em estruturas de engenharia civil"; II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade – Riscos Públicos e Industriais, Ed. C. Guedes Soares, A.P. Teixeira e P. Antão, Instituto Superior Técnico; Edições Salamandra; Vol. 1; pp. 659 - 673; 2007.
- Delgado, J. M.; Delgado R. M., SECOND ORDER EFFECTS DESIGN OF REINFORCED CONCRETE FRAMED STRUCTURES ACCORDING TO EC2 - RELIABILITY ANALYSIS, publicado em RISK ANALYSIS III, pp. 105-114, Editor C.A. Brebbia, Wit Press, Southampton, Boston, 2002.



## Vogal Eng. José Manuel Rodrigues Gaspar

### Habilitações Académicas:

**1979:** Pós-graduação em Sistemas de Informação pelo Instituto Superior Técnico

**1977:** Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico

### Atividade Profissional:

**2013–2018:** Assessor do Conselho de Administração da CP, Comboios de Portugal, EPE;

Administrador do TIP-Transportes Intermodais do Porto, ACE;

Administrador da OTLIS-Operadores De Transportes da Região De Lisboa, A.C.E.

**1998–2013:** Diretor de Sistemas de Informação da CP, Comboios de Portugal, EPE

**1996–1998:** Manager Informations Systems (Diretor de Sistemas de Informação) da Philip Morris International reportando a nível Nacional e Internacional (Suíça)

**1990–1991:** Docente do IMPE-Instituto Militar dos Pupilos do Exército nas áreas de Programação e de Gestão Informática dos Cursos de Ensino Superior daquela instituição

**1988–1996:** Diretor de Sistemas de Informação da Tabaqueira EP, sendo responsável pelos sistemas informáticos da Empresa e das suas Associadas

**1982–1988:** Diretor de Organização Informática da EPAC-Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, sendo responsável pela implementação dos sistemas informáticos quer na componente de gestão, quer na de automação

**1980–1982:** Analista Coordenador de Projetos informáticos no Banco de Fomento Nacional

**1978–1988:** Docente do Instituto Superior Técnico nas cadeiras das Áreas de Informática e Cálculo Automático

**1978–1980:** Analista Coordenador de Projetos Informáticos na Empresa CTT's-TLP's

**1978:** Investigador no Laboratório de Física e Engenharia Nucleares

## Vogal [a partir de 1 de janeiro 2018] Dr. Paulo de Azevedo Pereira da Silva

### Habilitações Académicas:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto

Programa de Alta Direção de Empresas – AESE

Executive Program – Insead

### Atividade Profissional:

**2018:** Presidente do Conselho de Administração da STCP, SA

**2016:** Partner Vallis Consolidation Strategies I Private Equity

**2014:** Presidente da Comissão Instaladora da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, normalmente conhecida por Banco do Fomento

**2008-2012:** Diretor Geral do Millenium BCP, Banco Comercial Português

Membro da Alta Direção do Banco Comercial Português desde 1998

**2005-2008:** Membro do Conselho de Administração da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.

Membro do Conselho de Administração Executivo do Banco Millenium BCP Investimentos, S.A.

CEO / Presidente do Conselho de Administração do BCP Capital de Risco, S.A.

**2001-2005:** Membro do Conselho de Administração da Leasefator SGPS, empresa Holding do Grupo BCP para as áreas de negócio de Leasing e Factoring

CEO / Presidente do Conselho de Administração da BCP Leasing, S.A.

CEO / Presidente do Conselho de Administração da BCP Factoring, S.A.

Administrador do Credibanco Banco Crédito Pessoal, S.A.

**1998-2000:** Diretor Regional Coordenador da Rede de Retalho e PME's do BPA – Banco Português do Atlântico, S.A.

**1990-1998:** Administrador Executivo do Banco Comercial Português de Investimento, S.A.

**1987-1989:** Diretor da Divisão de Mercado de Capitais do BCP

### Outros Cargos Relevantes

Membro do Conselho de Administração da EDP – Eletricidade de Portugal, S.A.

Membro do Conselho de Administração da ONI, SGPS

Membro do Conselho de Administração da Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Membro do Conselho de Administração da InovaCapital – Sociedade de Capitais de Risco, S.A.

Membro do Conselho de Administração da Imperial – Produtos Alimentares, S.A.

## **Vogal Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos**

### Habilitações Académicas:

- 2019** Curso de Excell pelo CESAE – Centro de Serviços e Apoio às Empresas
- 2017** Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação
- 2010** II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto
- 2008** Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP
- 2004** Pós-graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa
- 2000** Pós-graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- 1996** Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto

### Atividade Profissional:

- Desde 2016** Advogada na Direção Jurídica da CP – Comboios de Portugal, EPE, sendo responsável pela Delegação Norte.
- Administradora do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2013–2016:** Administradora Delegada do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2012–2016:** Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- 2011–2013:** Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2011–2012:** Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações
- 2005–2013:** Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto
- 2005:** Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto
- 2004–2005:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional

**2002–2004:** Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional

**2000–2002:** Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

**1999–2002:** Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

**1996–1998:** Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

## **Presidente Eng. Tiago Filipe da Costa Braga**

### Habilitações Académicas:

**2011** Pós-Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro

**1998** Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

### Atividade Profissional:

**Desde 2019:** Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**Desde 2016:** Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.

**2018-2019:** Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Águas do Centro Litoral, S.A.

**2016-2019:** Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**2016-2018:** Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.

**2013-2016:** Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A.

**2013:** Chefe de Gabinete Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia

**2005-2013:** Responsável Operacional / JOT, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador da LUSAENOR - Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação

**2002-2005:** Gestor Desenvolvimento e Produto APCER - Associação Portuguesa de Certificação

**2000-2002:** Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio de Indústria

## **Administrador-Delegado Eng. João Rui Sousa Simões Fernandes Marrana**

### Habilitações Académicas:

**2006** Membro Sénior da Ordem dos Engenheiros

**2005** Especialista em Transportes e Vias e Comunicação da Ordem dos Engenheiros

**1996** Mestrado em Engenharia Urbana, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

**1986** Licenciatura em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Opção de Planeamento)

### Atividade Profissional:

**Desde 2016:** Administrador-Delegado do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

**2015 – 2016:** Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**2012 – 2015:** Vogal da Comissão Diretiva do ON.2 (Programa Operacional Regional do Norte)

**2010 – 2012:** Vogal do Conselho Executivo da AMTP – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

**2009 – 2011:** Assessor do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA

**2003 – 2009:** Administrador da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA

**2002 – 2003:** Colaborador da Metro do Porto SA colocado no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

### Outros cargos:

**Desde 1996:** Professor Auxiliar Convidado da Universidade Portucalense, regente da disciplina Mobilidade e Transportes, do curso de licenciatura em Economia

**1995 – 2002:** Colaborador do Gabinete de Cooperação da CCRN, em particular na preparação e gestão de projetos internacionais

**1990 –1999:** Assessor da Direção do Instituto da Construção

**1991 –1997:** Colaborador da COGEPRO em diversos projetos nas áreas dos transportes e do ordenamento do território, nomeadamente na coordenação de Planos Territoriais (PDM Cabeceiras de Basto, PDM Celorico de Basto, Plano de Urbanização de Celorico de Basto, Plano de Pormenor da Quinta do Mosteiro) e de Estudos de Tráfego (Gaiashopping, Guimarães Shopping, Norteshopping, Modelo Vila Real, Modelo Tomar, Modelo Portimão, entre outros)

**1990:** Chefe da Divisão de Planeamento e Controle, da fiscalização das obras da Ponte Ferroviária sobre o Rio Douro e seus Acessos

**1989-1990:** Colaborou com a CISED - Cooperativa de Investigação, Serviços e Estudos para o Desenvolvimento, onde participou em diversos no domínio dos transportes

**1986-1989:** Técnico Superior da Comissão de Coordenação da Região do Norte, na Divisão de Programas e Projetos

Exerceu a atividade de consultoria com diversas entidades, nomeadamente com a APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA (1999 - 2000) e a AURN - Associação das Universidades da Região Norte (1996-1999).

#### Participação em associações técnicas e profissionais:

**Desde 2013:** Membro Honorário da UITP - International Association of Public Transport e do Policy Board

**Desde 2003:** Membro da Comissão Transport & Urban Life da UITP onde exerceu as funções de Vice-Presidente (2009-2011) e Presidente (2011-2013)

**2005-2007:** Membro do Grupo de Trabalho Light Rail Transit /Bus Rapid Transit da UITP

**1997-2005:** Membro nº 30 684 do Institute of Transportation Engineers

#### Atividades de Carácter Cívico

**2004-2011:** Vice-Presidente do Conselho Geral da Associação do Museu dos Transportes e Comunicações

**2001-2004:** Vice-Presidente do Conselho Diretivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros

**1998-2001:** Conselho Diretivo Regional do Norte da Ordem dos Engenheiros

**1983-1985:** Conselho Diretivo da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**1983-1984:** Presidente da Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

**1981-1983:** Direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

#### Artigos Publicados

- Marrana, João Rui; Pires, Paulo (2010): Os transportes Urbanos na Estratégia de Transportes; in Estratégia de Transportes do Eixo Atlântico: Vertebrando a Euro-Região Galiza-Norte de Portugal; Biblioteca de Estudos Estratégicos; Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;



- Brochado, Ana Margarida, Leite, Maria Teresa et Marrana, João Rui (2010): Avaliação do Desempenho de Linhas Rodoviárias; Revista Brasileira de Gestão de Negócios; Volume 12, Número 34.
- Marrana, João Rui; Pires, Paulo (2007): Aeroporto Francisco Sá Carneiro - do Aeroporto da Cidade até à Cidade Aeroportuária; in Aeroporto Francisco Sá Carneiro: Um novo Aeroporto para o Noroeste Peninsular; Consórcio Aeroporto Sá Carneiro; setembro 2007;
- Caballero, Abel; Losada, Abel; Marrana, João (2006): O sistema Aeroportuário do Eixo Atlântico; Biblioteca dos Estudos Estratégicos; Eixo Atlântico; novembro 2006;
- Marrana, João Rui; Ribeiro, Maria de Lurdes; Sequeira, Rui (2005): A Web Based Route Planner Integrated with an AVL System; ITE 2005 Technical Conference Compendium; Institute of Transportation Engineers; fevereiro 2005;
- Brochado, Ana Margarida et Marrana, João Rui (2003c): Aleatória ou Previsível a Chegada de Passageiros ao Metro? Evidências Obtidas Com Base no Sistema de Bilhética do Metro do Porto; Proceedings do 3º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia; Maputo, agosto 2003.
- Marrana, João et Morais, Pedro (2003b): Financiamento do Transporte Público Urbano: Apoio Público e Sustentabilidade; Actas do 4º Congresso Nacional do Transporte Ferroviário; ADEFER; Lisboa; março 2002.
- Brochado, Ana Margarida et Marrana, João Rui (2003a): Complementaridade Aeroportuária no Noroeste Peninsular: Resultados de uma Análise de Clusters; Actas das XIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica; Lugo; fevereiro 2003
- Marrana, João R.; Costa, Pedro; Sousa, José A. (2001): As Infra-estruturas Aeroportuárias da Fachada Atlântica Ibérica: Situação, Potencialidades e Desafios; 2ª Congresso Nacional do Transporte Ferroviário – Teses, Volume 1; ADEFER; Porto; novembro 2001.
- Brochado, Ana M. et Marrana, João Rui (2001): Concorrência e Complementaridade Aeroportuária no Espaço Ibérico: Experiência de Classificação com Recurso à Análise de Clusters; Proceedings do 2º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia; Maputo, agosto 2001.
- Costa, A. H. Pires da et Marrana, João Rui (1999): Utilização de Sistemas de Informação Geográfica no Domínio da Segurança Rodoviária Urbana: Uma Experiência e Algumas Considerações; Proceedings do 1º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia; Maputo; setembro 1999.
- Costa, A. H. Pires da et Marrana, João Rui (1997): Using Geographical Information Systems to Analyse Road Sinistrality in Urban Areas; Congress Human Factors in Road Traffic II - Traffic Psychology and Engineering; Editado por Pedro Albuquerque et all; Braga; Outubro de 1997.
- Marrana, João R. (1996): Detecção de Pontos Negros de Sinistralidade Rodoviária em Meio Urbano com Recurso à Tecnologia dos Sistemas de Informação Geográfica (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil); Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Março de 1996.

## **Presidente Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes**

### Habilitações Académicas:

**1990:** Parte Escolar do Mestrado em Gestão de Empresas, Escola de Gestão do Porto (atual Porto Business School) - Universidade do Porto

**1985:** Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

### Atividade Profissional:

**Desde 2016:** Administrador não Executivo do Conselho de Administração da Associação Porto Digital

Administrador do NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE

Gerente da Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.

Vogal Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

**2016-2019:** Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.

**2014-2015:** Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Efacec Capital SGPS, S.A.

**2008-2012:** Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Grupo S.L. - Sardinha & Leite, SGPS, S.A.

**Desde 2012:** "Business Angel" e Consultadoria nas áreas da Estratégia, Controlo de Gestão e Controlo de Custos - Por conta própria e Itineris Partners.

**1995 - 2008:** Funções em diversas empresas do Grupo Sonae Indústria onde para além da função específica era também Membro do Comité Executivo (desde 1998) e Adjunto do Conselho de Administração (desde 2001)

**2006 - 2008:** Chief Operating Officer do "Non Board Business" do Grupo Sonae Indústria

**2003 - 2006:** Responsável pelas Finanças, Área Administrativa e Controlo de Gestão do Grupo Sonae Indústria e pelo acompanhamento da operação Canadiana, Sonae Serviços de Gestão / Grupo Sonae Indústria

**2002 - 2003:** Chief Financial Officer da Isoroy S.A., operação francesa da Sonae Indústria, Isoroy S.A. / Grupo Sonae Indústria - Paris, França

**1998 - 2002:** Chief Financial Officer da Sonae Indústria e responsável pelo acompanhamento das operações Canadiana e Sul-Africana, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria

- 1996 - 1998:** Chief Executive Officer da Sonae South Africa (Pty) Ltd e Membro do Conselho de Administração da Tafibra Zimbabwe (Pvt) Ltd - Johannesburg, África do Sul
- 1995 - 1996:** Diretor Financeiro da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e responsável pela elaboração do projeto de instalação de uma unidade industrial na África do Sul, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria
- 1994 - 03/1995:** Membro da equipa de projeto para a Globalização do Negócio da Sonae Indústria, Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
- 1993 - 03/1995:** Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
- 1991 - 1993:** Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modis - Distribuição Centralizada, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
- 10/1990 - 1991:** Diretor de Controlo de Gestão da Área Estratégica de Negócio Sonae Distribuição (atualmente Continente) e Diretor Administrativo e Financeiro da Sonae Comércio e Serviços, Sonae Comércio e Serviços, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
- 1988 - 1989:** Diretor Administrativo e Financeiro, ARPI - Sociedade Exportadora de Confeções
- 1986 - 1988:** Analista - Área Financeira e Económica, Banco Borges & Irmão (Porto)

## Vogal Eng. Ângelo Augusto Santos Oliveira

### Habilitações Académicas:

**2020:** Especialização em Gestão Industrial (I. P. Coimbra)

**2015:** Mestre em Direito e Segurança, pela Universidade Nova de Lisboa

**2003:** Pós-graduação (conducente a Mestrado) em Gestão Logística pela Universidade do Porto (EGP)

**1997:** Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Mais de 30 cursos e pós-graduações, sem conferência de grau académico, em diversas áreas (finanças, defesa, gestão humana, estratégia, administração pública, segurança, cibersegurança, línguas), ministrados pelas Instituições: MIT, Vanderbilt University, Crestcom, PMG, Efacec SI, Unitar, IRSN / Pfp, IADC, IDN, Cenatex, Institute for Executives, UNDP, Rede, IPAMB.

### Atividade Profissional:

**Desde 2018:** Administrador Executivo da STCP, tutelado pelo Ministério do Ambiente e Ação Climática.

**2015 – 2016:** Diretor-adjunto do Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, tutelado pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

**Desde 1997:** Funções ao nível de direção de compras, direção de operações, controlo de gestão, direção geral e administração em quatro grupos privados económicos, tendo gerido a implementação de projetos e operações em diversos países.

Exerceu as atividades de formador em diversas instituições, orador em eventos e autor de documentos na área da gestão, corporate governance e indústria.

## **Vogal Dr Fernando Manuel Moreira**

### Habilitações Académicas:

**2009:** Programa de Direção de Empresas pela AESE (Escola de Direção e Negócios)

**2004:** Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Católica / AEP

**1995:** Licenciatura em Direita pela Universidade Lusíada do Porto, vertente Jurídico-Empresariais

### Atividade Profissional:

**Desde março 2020:** Diretor de Produção – Região Norte da CP – Comboios de Portugal, EPE

**Desde 2019:** Administrador Não Executivo do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

**2006 – 2007:** Administrador Não Executivo do Conselho de Administração do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA

**2005 – 2010:** Diretor Executivo da CP – Comboios de Portugal, EPE

**1998 – 2005:** Responsável de Pessoal e Assuntos Sociais da CP Porto – Comboios de Portugal, EPE

## Administradora Delegada Eng<sup>a</sup> Sara Margarida Lobão B. S. Pereira

### Habilitações Académicas:

Licenciatura em engenharia Civil na Universidade da Beira Interior

Pos-graduação em Avaliação Imobiliária

Frequência do curso de “Fiscalização de Obras” ministrado pelo IPAMB, 45 horas, cujos principais módulos se orientam para a qualidade da água, fiscalização e organização de obras e estaleiros.

### Atividade Profissional:

**Desde dez 2019:** Administradora-Delegada do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE

**2013 – 2019:** Secretária Executiva da Área Metropolitana do Porto (AMP)

Responsável pelo encerramento do Programa de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana do Porto (PTD) do Quadro Comunitário ON2 no valor de 230 Milhões de euros e Gestora do PDCT 2020 (Programa de Desenvolvimento e Coesão Territorial), da AMP enquanto organismo intermedio, no valor de 139 milhões de euros. Presidente do órgão de administração / organismo intermédio da DLBC Costeira / Gal Litoral Norte da AMP com um valor de 5 milhões de euros.

Responsável pelas relações internacionais da Área Metropolitana do Porto e pelo acompanhamento de Candidaturas ao Interreg Europe,, Europa para os Cidadãos, Urbact. No âmbito da mobilidade e transporte acompanhou a transição e integração da ATMP na AMP. É responsável pela implementação do PART (Programa de Apoio à Redução do Tarifário) e do acompanhamento do Concurso de Concessão dos Transportes Públicos Rodoviários. Exerce funções de Gestão Geral da AMP.

**2009 – 2013:** Vereadora na Câmara Municipal de Vila do Conde

Responsável pelos pelouros de Gestão Urbanística, Reabilitação Urbana, Juventude e Fundos Comunitários

Responsável pela gestão e programação do Teatro Municipal de Vila do Conde e responsável pela apresentação da candidatura aos prémios Novo Norte tendo sido vencedora da categoria Norte Civitas do premio global Novo Norte 2011. A referida candidatura foi ainda selecionada como uma das 5 finalistas na categoria City Stars do prémio Regio Stars promovido Pela Comissão Europeia.

**2006 – 2009:** Assessora na Câmara Municipal de Vila do Conde

Responsável pela gestão e fiscalização da Empreitada do Teatro Municipal de Vila do Conde bem como da gestão e programação do Teatro Municipal

Responsável pela gestão técnica e financeira das candidaturas a Fundos Comunitários do Município de Vila do Conde

**2001 – 2005:** Colaboradora da FASE - Estudos e Projetos S.A. na Unidade de Negócio Gestão de

Empreendimentos, a exercer funções de Procura e Contratação na prestação de serviços da Gestão da Intervenção Polis Vila do Conde para SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM VILA DO CONDE, S.A. , bem como na Gestão do Projeto das Novas Instalações da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e Faculdade de Farmácia, para a Reitoria da UNIVERSIDADE DO PORTO.

**2000 – 2001:** Sociedade PORTO 2001, S.A. a exercer funções de responsável de projeto, nomeadamente na elaboração e acompanhamento de candidaturas a Fundos Nacionais e Comunitários, articulando a componente técnica e financeira, nomeadamente ao IFT – Instituto de Financiamento ao Turismo, Programa Operacional da Região Norte (ON), Programa Operacional da Cultura (POC) e POLIS e na gestão e acompanhamento geral do Projeto de Requalificação Urbana da Baixa Portuense.

**1999 – 2000:** Associação de Municípios do Vale do Ave, a exercer funções de Técnica Superior em colaboração com o Gabinete de Apoio do Vale do Ave na conceção, acompanhamento e fiscalização de projetos de engenharia civil na área de saneamento básico no âmbito do SIDVA (Sistema de Despoluição do Vale do Ave) e na realização de diversos processos de concursos públicos

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

[Redacted Table of Contents]



